



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

IANA DE OLIVEIRA SOARES

**A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA DA PRÁTICA
PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

CACHOEIRA- BA

2015

IANA DE OLIVEIRA SOARES

**A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA DA PRÁTICA
PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Professora Orientadora: Ms. Márcia da Silva Clemente

CACHOEIRA- BA

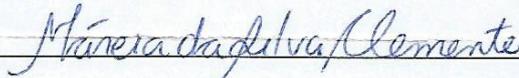
2015

IANA DE OLIVEIRA SOARES

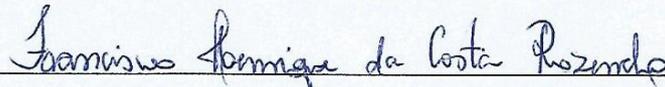
A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA DA PRÁTICA PROFISSIONAL
DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Cachoeira – BA, aprovada em 18/05/2015.

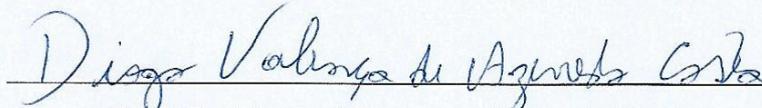
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Ms. Márcia da Silva Clemente
(Orientadora – UFRB)



Prof. Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo
(Membro Interno – UFRB)



Prof. Dr. Diogo Valença de Azevedo Costa
(Membro Interno – UFRB)

Dedico este trabalho a minha mãe Benícia (in memóriam), que iniciou essa caminhada comigo, mas que no momento final dessa jornada, deixou-me. Foi ela quem contribuiu, com muita dedicação e amor para a minha formação pessoal e isso determinou muitas coisas em minha vida, especialmente, na formação profissional. Gostaria que ela estivesse aqui fisicamente, para ver a conclusão desse sonho, um sonho que também era dela, me ver formar! Infelizmente ela não pode estar aqui comigo, mas estará pra sempre em meu coração. Saudades eternas!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao Senhor Jesus Cristo, mestre dos mestres, que me direcionou a escolher essa profissão que em todo esse percurso venho aprendendo a amar, que é o Serviço Social. Em todo esse longo processo de formação acadêmica, foi Ele que me deu sabedoria, força, ânimo e saúde para não desistir, já que aconteceram tantas coisas, tanto boas quanto ruins, nesses 4 anos e meio de caminhada. Ele foi e é “o socorro presente na hora da angústia!

À minha tia Noêmia(in memorian) por ter apostado e investido incansavelmente em minha educação.

Às minhas Irmãs, Itana e Itamara, por todo incentivo, carinho, amor e união. Vocês são as minhas fontes de inspiração para prosseguir nessa caminhada! Obrigada por estarem presentes em todas as etapas de minha vida, especialmente nesse momento tão recente em que perdemos a nossa mãe e que buscamos umas às outras para suprir essa perda irreparável. Compartilho com vocês esse sonho que vocês também ajudaram a construir. Amo vocês!

À minha família, por todo apoio e incentivo. Em especial a minha prima Diná, pelo companheirismo, apoio e colaboração de sempre. Obrigada por tudo!

À minha amiga Lorelay, por ter acompanhado todo o processo de construção deste trabalho de perto e me dado apoio e força nos momentos em que mais precisei e pensei em desistir. Pelos momentos de distração, pelas madrugadas de estudos e, acima de tudo, pela amizade. Obrigada por tudo!

À minha amiga Neta, por todo apoio e amizade de sempre.

Às amigas Val e Lena, pelo incentivo e força nos momentos mais necessários. Vocês são pessoas maravilhosas as quais merecem meu respeito e admiração.

À amiga, Dinha, pela amizade, apoio e empenho em me ajudar nos momentos difíceis.

À todos os meus amigos e amigas, especialmente Jel, Lore, Mary e Nilson por compreenderem a minha ausência durante todo o processo de construção desse trabalho e pelo incentivo durante toda a minha formação.

À minha amiga e parceira dos inúmeros trabalhos acadêmicos, desde o primeiro semestre, Dai. Desculpa por todas as minhas “chatices”, mas foram necessárias para percorrermos todas as etapas e chegarmos até o fim. Valeu a pena!

À minha orientadora Márcia, por ter aceitado fazer parte da árdua construção desse trabalho, por me incentivar a continuar nesse desafio e por acreditar em minha capacidade. Agradeço pela paciência, tranquilidade e sabedoria para conduzir meus momentos de desespero. Meu muito obrigada!

Aos meus colegas de turma, por compartilharem essa trajetória acadêmica, esse caminho de ensino e aprendizado.

Aos mestres, por tão humildemente compartilharem seus conhecimentos e tão sabiamente nos conduzirem durante todo esse período de formação. Em especial, agradeço às professoras Albany e Heleni, não apenas pela qualidade dos conhecimentos compartilhados, mas também por terem aberto outras possibilidades extra acadêmicas que tanto contribuíram para meu desenvolvimento enquanto assistente social em formação. Obrigada por todo apoio, vocês são 10!

Ao GT de educação por todos os momentos de aprendizado e troca de conhecimentos, especialmente à professora Marcela não apenas por me oportunizar a fazer parte desse grupo, mas pela qualidade dos ensinamentos compartilhados que estão para além da formação profissional. Obrigada por ser essa pessoa tão humana e essa profissional que admiro muito!

A Diogo e Henrique, por terem aceitado fazer parte da minha banca examinadora e por toda contribuição não apenas para este trabalho, mas durante todo o processo de graduação.

Às entrevistadas, por terem dedicado seu tempo para contribuir com este trabalho.

Enfim, agradeço a todos que direta e indiretamente fizeram parte dessa caminhada.
A todos vocês, meu muito obrigada!

Sabor de mel- Damares

O agir de Deus é lindo
Na vida de quem é fiel
No começo tem provas amargas
Mas no fim tem o sabor do mel

Eu nunca vi um escolhido sem resposta
Porque em tudo Deus lhe mostra uma solução
Até nas cinzas ele clama e Deus atende
Lhe protege, lhe defende
Com as suas fortes mãos

Você é um escolhido
E a tua história não acaba aqui
Você pode estar chorando agora
Mas amanhã você irá sorrir

Deus vai te levantar das cinzas e do pó
Deus vai cumprir tudo que tem te prometido
Você vai ver a mão de Deus te exaltar
Quem te ver há de falar
Ele é mesmo o escolhido

Vão dizer que você nasceu pra vencer
Que já sabiam porque você
Tinha mesmo cara de vencedor
E que se Deus quer agir
Ninguém pode impedir
Então você verá cumprir cada palavra
Que o Senhor falou

Quem te viu passar na prova
E não te ajudou
Quando ver você na benção
Vão se arrepender
Vai estar entre a plateia
E você no palco
Vai olhar e ver
Jesus brilhando em você

Quem sabe no teu pensamento
Você vai dizer
Meu Deus, como vale a pena
A gente ser fiel
Na verdade a minha prova
Tinha um gosto amargo
Mas minha vitória hoje
Tem sabor de mel

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS: Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
BM: Banco Mundial
CEP: Código de Ética Profissional
CEPLAR: Campanha de Educação Popular
CFESS: Conselho Federal de Serviço Social
CLT: Consolidação das Leis trabalhistas
CPC: Centro Popular de Cultura
CRESS Conselho Regional de Serviço Social
FIES: Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
FMI: Fundo Monetário Internacional
FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IES: Instituição de Ensino Superior
IFES: Instituições Federais de Ensino Superior
LDB: Lei de Diretrizes e Bases
MCP: Movimento de Cultura Popular
ME: Movimento Estudantil
MEB: Movimento de Educação de Base
MOBRAL: Movimento Brasileiro de Alfabetização
OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais
PIB: Produto Interno Bruto
PNE : Plano Nacional de Educação
PNE: Plano Nacional de Educação
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROPAAE: Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis.
PROUNI: Programa Universidade para Todos
REUNI: Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USAID: United States Agency for International Development

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Perfil das Assistentes sociais entrevistadas

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso intitulado “A importância da dimensão investigativa da prática profissional do assistente social na educação” tem como objetivo geral perceber a dimensão investigativa da prática profissional do assistente social na educação. Para tanto, propõe como objetivos específicos apresentar um breve percurso histórico da política de Educação no Brasil; compreender a importância da dimensão investigativa da prática profissional do assistente social e apresentar os resultados da pesquisa de campo realizada junto a assistentes sociais atuantes na área da educação. Neste sentido, para o alcance dos objetivos propostos, primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a partir, principalmente, de livros, artigos, dissertações e teses de pós-graduação. A pesquisa se dá através da abordagem do tipo qualitativa e para a coleta de dados utilizou-se a técnica de entrevista semi-estruturada. O trabalho está estruturado em três capítulos: o primeiro traz um breve percurso histórico da política de educação no Brasil, trazendo aspectos legais dessa política e as principais lutas em defesa de uma educação pública e de qualidade. O segundo capítulo versa sobre a prática profissional do assistente social destacando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, bem como trata acerca da dimensão investigativa da prática. Traz ainda, uma análise do documento produzido pelo conjunto CFESS-CRESS “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação”. No terceiro capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa de campo a qual revela que são muitos os desafios para atuação do assistente social na educação, e que ainda existe uma “carência” acerca dos conhecimentos que perpassam esse campo específico que pode ser observada desde a formação profissional.

Palavras-chave: Dimensão investigativa. Serviço Social. Educação

ABSTRACT

This course conclusion work entitled "The importance of investigative dimension of professional practice of social workers in education" has the general objective to realize the investigative dimension of professional practice of social workers in education. Therefore proposes specific objectives present a brief historical background of education policy in Brazil; understand the importance of investigative dimension of professional practice of social workers and present field survey results conducted by the social workers working in the field of education. In this regard, to achieve the proposed objectives, a literature search was performed first, starting mainly from books, articles, dissertations and postgraduate theses. The research is carried out through the qualitative type approach and the data collection was used a semi-structured interview technique. The study is divided into three chapters: the first presents a brief historical background of education policy in Brazil, bringing legal aspects of this policy and major struggles in defense of public education and quality. The second chapter deals with the professional practice of social workers highlighting the theoretical and methodological, ethical and political, technical and operational dimensions, and comes on the investigative practice dimension. It also brings an analysis of the document produced by CFESS-CRESS set "Grants for the work of social workers in education policy". In the third chapter will present the field of search results which reveals that there are many challenges to action for social assistance in education, and that there is still a "lack" about the knowledge that permeate this specific field that can be observed since the formation professional.

Keywords: investigative dimension . Social Service. education

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: BREVE PERCURSO HISTÓRICO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	5
2.1 Percurso histórico da política de educação no Brasil: breves considerações.	5
2.2 Principais discussões sobre a política de educação no Brasil a partir da Constituição De 1988.	13
CAPÍTULO 2: A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL ATUANTE NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	22
3.1 A prática profissional do assistente social: algumas aproximações.....	22
3.1.1 As dimensões da prática profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.	30
3.1.2 A dimensão investigativa da prática do serviço social	35
3.3 O Serviço Social na educação: notas sobre os subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.	41
CAPÍTULO 3: ANÁLISE DA PESQUISA REALIZADA JUNTO A ASSISTENTES SOCIAIS ATUANTES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	49
4.1 Percurso metodológico	49
4.2. Análise dos resultados da pesquisa	51
4.2.1 Perfil das entrevistadas.....	51
4.2.2 Análise das entrevistas	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso, cujo tema é: “A importância da dimensão investigativa da prática profissional do assistente social na educação”, propõe-se a trazer uma reflexão acerca da investigação profissional, compreendida enquanto a busca pelo conhecimento, o qual, conforme Lamamoto (2012) constitui-se como um meio de trabalho sem o qual o assistente social não consegue desenvolver sua prática profissional.

Este trabalho tem como objetivo geral perceber a dimensão investigativa da prática profissional do assistente social na educação. Seus objetivos específicos consistem em trazer um breve percurso histórico da política de Educação no Brasil; compreender a importância da dimensão investigativa da prática profissional do assistente social e apresentar os resultados da pesquisa de campo realizada junto a assistentes sociais atuantes na área da educação.

O interesse em pesquisar sobre a presente temática partiu das experiências vivenciadas durante a participação da pesquisadora no Grupo de Trabalho em Serviço Social na Educação - GTSSSEDU/UFRB, do 1º semestre de 2011 até o semestre 2014.2. O grupo discute a importância da inserção do assistente Social na Educação e tem como orientadora a Prof.^a Marcela Mary José da Silva. Dessa forma, a aproximação da temática deu-se a partir das leituras bibliográfica e dos debates realizados em cursos, fóruns e encontros promovidos pelo Grupo.

Nesses diversos encontros que contam com a participação de profissionais da educação, estudantes e representantes da comunidade, foi possível acompanhar as discussões que perpassam pela inserção do assistente social no âmbito da educação. A partir dos relatos de experiência de professores e pedagogos notou-se que muitas das demandas detectadas por esses profissionais dependem da intervenção do profissional de Serviço social, pois ultrapassam os limites de formação dos demais trabalhadores da educação. Nesse sentido, é mister salientar a importância do trabalho conjunto, objetivando troca de conhecimento, em prol de objetivos comuns.

Durante os cursos era possível perceber nos discursos dos profissionais, verbalizações sobre os problemas presentes nas escolas em que trabalhavam, os quais estavam sempre relacionados ao comportamento dos alunos. Os problemas relatados consistiam basicamente em: atitudes agressivas, dificuldade no aprendizado, déficit de atenção, evasão escolar e dificuldade de se relacionar com os demais membros da comunidade escolar.

Diante desses problemas revelados no cotidiano escolar, a partir da percepção de professores e pedagogos, surgiu uma inquietação que perpassa os seguintes questionamentos: o que está por trás dessas expressões reveladas no cotidiano escolar? Qual é a realidade dos sujeitos que reproduzem esses comportamentos? Os problemas detectados pelos demais trabalhadores da educação são as reais demandas do assistente social? O que o assistente social deve fazer diante dessas situações?

A partir desses questionamentos buscou-se estudar a importância da postura investigativa do assistente social no âmbito da educação. E a partir da aproximação com a temática, foi possível compreender a investigação enquanto elemento essencial para a atuação profissional. Visto que, ela pressupõe a busca pelos conhecimentos essenciais para o desenvolvimento do trabalho do assistente social em qualquer espaço socio-ocupacional em que ele esteja inserido.

A metodologia utilizada neste trabalho baseou-se na pesquisa bibliográfica constituída principalmente de livros, artigos científicos, teses e dissertações de pós-graduação e por documentos produzidos pelo conjunto CFESS-CRESS a exemplo dos subsídios. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida na perspectiva de aprofundar o conhecimento acerca do tema escolhido a partir das seguintes categorias: dimensões constitutivas da prática profissional e o Serviço social na educação.

A forma de abordagem do problema se dá a partir da pesquisa qualitativa, que, norteadas pelo método crítico dialético, buscou analisar os discursos dos sujeitos entrevistados sendo eles assistentes sociais atuantes na área da educação.

A etapa da coleta de dados da pesquisa deu-se através da técnica da entrevista semi-estruturada a qual possibilitou maior liberdade em seu desenvolvimento, devido ao seu amplo sentido de comunicação verbal,

possibilitando ainda, uma maior flexibilidade no processo de análise do objeto pesquisado. As entrevistas foram realizadas com três assistentes sociais profissionais na área da educação, que atuam em cidades do Recôncavo da Bahia¹. As quais, foram submetidas à análise a partir da técnica de análise de discurso, possibilitando a articulação entre as falas das entrevistadas e o referencial teórico obtido a partir da pesquisa bibliográfica.

Para tanto, a estrutura deste trabalho está constituída em três capítulos. O primeiro capítulo, “**Breve percurso histórico da Política de Educação no Brasil**”, traz um breve percurso histórico da Política de Educação no Brasil, do período colonial até os dias atuais, apresentando os aspectos legais desta política e as principais lutas em defesa de uma educação pública e de qualidade. Para dar subsídios à discussão foram utilizados autores como: Bárbara Freitag e Ghiraldelli Júnior, que discorrem sobre a Educação no Brasil.

O segundo capítulo “**A importância da dimensão investigativa da prática profissional do assistente social atuante na área da educação**”, tem o intuito de realizar algumas aproximações sobre a prática profissional do assistente social e de seus elementos constitutivos, destacando a importância da investigação profissional. Traz também aspectos do processo de trabalho do assistente social na política de educação, a partir do documento “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação”. Para nortear as discussões foram utilizadas ideias de autores como: Marilda Iamamoto, Maria Lúcia Martinelli e Yolanda Guerra.

No terceiro e último capítulo, “**Análise da pesquisa realizada junto a assistentes sociais atuantes na área da educação**”, será apresentada a análise dos dados obtidos através da pesquisa de campo realizada junto à assistentes sociais atuantes na área da educação, buscando compreender aspectos das dimensões constitutivas da prática profissional dos sujeitos da pesquisa. Nesse espaço também será descrito os caminhos metodológicos percorridos para a construção dessa pesquisa e os elementos metodológicos utilizados. Cabe salientar

¹ Cabe salientar, que a localidade de atuação não se constitui enquanto critério estabelecido para a seleção dos entrevistados. No entanto, devido aos desafios encontrados durante o percurso da pesquisa de campo, o qual será tratado no capítulo três, houve a possibilidade de entrevistar apenas três assistentes sociais as quais atuam em cidades situadas no Recôncavo da Bahia.

que a presente pesquisa tem caráter exploratório e não pretende ser conclusiva, ela se configura como um dos estudos iniciais sobre o Serviço Social na Educação na Região do Recôncavo da Bahia.

CAPÍTULO 1: BREVE PERCURSO HISTÓRICO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

2.1 Percurso histórico da política de educação no Brasil: breves considerações.

A política educacional no Brasil é marcada por inúmeros modelos e reformas que buscam atender aos interesses da classe dominante e adequar o ensino às necessidades impostas à estrutura econômica de cada momento histórico. No primeiro período a organização da economia era baseada no modelo agroexportador, a monocultura latifundiária exigia o mínimo de qualificação da força de trabalho, portanto, a educação não era voltada para os trabalhadores. Ela era utilizada como parte do processo colonizador executado pelos jesuítas que a utilizava para expandir a ideologia da Igreja Católica e assegurar a reprodução da ordem social vigente. Com isso a Igreja não só assumia a hegemonia da sociedade civil, como penetrava de certa forma, na própria sociedade política através dessa arma pacífica, que era a educação². (FREITAG, 2005, p. 83).

Os interesses da elite dominante apresentavam forte influência no processo de seleção dos modelos pedagógicos. Nesse período, o modelo de educação aplicado pelos Jesuítas já trazia o ideal de fortalecimento das diferenças de classes, uma vez que o ensino era diferenciado de acordo com a classe social. Durante o tempo de serviços educacionais prestados pela companhia de Jesus, toda ação pedagógica³ foi marcado pela ausência de discussão, o pensamento crítico passava longe das salas de aula.

Com o propósito de adaptar o Brasil às transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na Europa, o então Ministro de Estado em Portugal, o Marquês

³ A experiência pedagógica dos Jesuítas sintetizou-se num conjunto de normas e estratégias, chamado a "Ratio Studiorum" (Ordem dos Estudos), que visa a formação integral do homem cristão, de acordo com a fé e a cultura daquele tempo. (GHIRALDELLI JR, 2009, P.25).

de Pombal, empreendeu uma série de reformas⁴, principalmente na educação. A partir de então, o modelo de ensino desenvolvido pelos jesuítas se tornou alheio aos interesses propostos pela coroa portuguesa, que queria colocar as escolas a serviço do Estado e não mais da fé.

De acordo com Ghiraldelli Jr (2009), o ensino sofreu profundas alterações com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil em 1808. Foram criados vários cursos, tanto profissionalizantes em nível médio como em nível superior⁵, bem como militares. A primeira Constituição do Brasil, após a independência, também provocou mudanças educacionais ao trazer um tópico específico sobre educação, instituindo que o Império deveria possuir escolas primárias, ginásios e universidades. No entanto, na prática, manteve-se o descompasso entre as necessidades e os objetivos propostos. O número de escolas e professores era insuficiente, e não havia a mínima organização para a educação.

Durante a década de 1930, com a intensificação do processo de industrialização no Brasil, houve a necessidade de mão-de-obra especializada capaz de atender às novas exigências do mercado e a criação do exército de reserva⁶ para a indústria nacional. A industrialização proporcionava o crescimento urbano, “quanto mais urbano se torna um país, mais crescem os setores de serviços, menos as pessoas querem se submeter ao trabalho braçal e, então, mais os setores médios exigem educação e escolas”. (GHIRALDELLI JR, 2012, p.39) O então presidente da República, Getúlio Vargas, não estava desatento a tais mudanças e seus impactos na educação. Com isso, em seu governo provisório, foi criado o Ministério de Educação e Saúde pública⁷, ponto de partida para reformas na educação⁸; entre

⁴ Conforme Saviani (2008) as chamadas Reformas Pombalinas instituiu as “aulas régias” como uma primeira tentativa de se instaurar uma escola pública estatal inspiradas nas ideias iluministas segundo a estratégia do despotismo esclarecido. A “aulas régias”, eram aulas avulsas de latim, grego, filosofia e retórica. (GHIRALDELLI JR, 2009, p. 27)

⁵ A criação das primeiras escolas superiores no Brasil ocorreu somente no início do século XIX, a partir de 1808, com a chegada da Família Real (CAMACHO, 2005, p.107).

⁶ Para Marx, o exército industrial de reserva corresponde à força de trabalho que excede as necessidades da produção.

⁷ A criação do MES significou o início de um processo no qual o Estado definiu sua competência no campo específico da educação, colocando sob seu poder um indispensável meio de controle e persuasão.

elas, a criação do Conselho Nacional de Educação, estruturação da Universidade e abrangência dos cursos industriais e secundários.

Dentro dessa lógica de adequar a educação ao modelo econômico vigente, a Constituição de 1934 torna obrigatória, por parte das indústrias e dos sindicatos, a criação de escolas de aprendizagem na área de sua especialização para os filhos de seus empregados e membros, introduzindo o ensino profissionalizante, previsto antes de tudo para as classes “menos favorecidas”. Dessa forma, é possível perceber uma política educacional que, apoiada na legislação, visa sobretudo transformar a educação em um instrumento mais eficaz de manipulação das classes subalternas. Para o ideário liberal, as escolas técnicas profissionalizantes proporcionavam aos mais pobres possibilidades para melhores condições de vida. No entanto, ao abrir escolas técnicas profissionalizantes para os “menos favorecidos” o Estado fortalece os interesses das empresas privadas, capacitando os trabalhadores para o desenvolvimento das forças produtivas. Sendo de nível médio, essas escolas técnicas não habilitam seus egressos a cursarem escolas de nível superior, formando o chamado dualismo educacional⁸. Essa dualidade no ensino, foi fortalecida com a Consolidação das Leis trabalhistas (CLT), quando foi imposto ao sistema público de ensino uma legislação que buscou separar a classe que poderia estudar mais tempo dos que teriam que entrar no mercado de trabalho mais cedo.

Além das disposições relacionadas à profissionalização do ensino, a Constituição de 1934, trouxe aspectos importantes para o sistema educacional brasileiro, ela estabelece a educação como um direito de todos e que deve ser promovida pelos poderes públicos e pela família. Dessa forma, houve a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação que coordene e supervisione as atividades de ensino em todos os níveis; regulamenta as formas de financiamento da rede de ensino divididas entre os três níveis de governo (Federação, Estado e Municípios) e suas competências; implanta a gratuidade e

⁸ “Reforma Francisco Campos” e a “Reforma Capanema”

⁹ Para a reforma Capanema, tratava-se da organização do sistema de ensino de modo que o ensino secundário era destinado à elite e os profissionalizantes para outros setores da população. (GHIRALDELLI JR, 2009, p.82)

obrigatoriedade do ensino primário; declaram-se obrigatórias as disciplinas de educação moral e política; o ensino religioso torna-se facultativo, dentre outras disposições.

Com o fim da ditadura Vargas, inicia-se um processo de redemocratização no país, sendo que, a Constituição de 1946, refletiu esse processo, ao defender a educação como direito de todos. Ela também traz, fixado num de seus parágrafos (Atg. 5 XV, d) a necessidade de elaboração de novas leis de diretrizes para o ensino no Brasil, que substituísse aquelas consideradas ultrapassadas do governo Vargas. Dessa forma, em 1948, o Ministro da Educação Clemente Mariani, apresentou o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), esse projeto, com aspectos progressistas, é engavetado, e só é retomado em 1957. Um novo projeto, conhecido como “substitutivo Lacerda”¹⁰ é encaminhado à câmara, com a proposta de que a educação seja predominantemente ministrada por instituições particulares e somente de forma complementar pelo Estado, uma forma de excluir a classe operária dos possíveis mecanismos de ascensão, já que ela não tem condições de pagar pelo ensino. O ideal desse projeto levou a uma onda de protestos, gerando uma Campanha em Defesa da Escola Pública¹¹, a partir da publicação do “Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados de 1959”¹², o qual invocou as ideias do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932¹³. No Manifesto de 1959, intelectuais, pedagogos e liberais se opuseram ao projeto “Substitutivo

¹⁰ Projeto de autoria do Deputado Carlos Lacerda (UDN).

¹¹ A Campanha em Defesa da Escola Pública foi organizada formalmente na Primeira Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública em maio de 1960 em São Paulo. Entre os vários intelectuais que entraram no debate em defesa da escola pública, pode se destacar Florestan Fernandes.

¹² Documento redigido pelo Prof. Fernando de Azevedo e publicado no dia 1º de julho de 1959, invocando as ideias do “Manifesto dos pioneiros da Educação Nova de 1932”. Educadores e intelectuais liberais, liberais progressistas, socialistas, comunistas, nacionalistas, entre outros, deram sustentação a este documento. Diferentemente do de 1932, o “Manifesto de 1959” não se preocupou com questões pedagógico-didáticas, esse documento tratou de questões gerais de política educacional.

¹³ O Manifesto dos Pioneiros da Educação nova de 1932 Trata-se de um documento escrito por 26 educadores, dentre eles Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para nova política nacional de educação e ensino em todos os níveis, aspectos e modalidades. Este documento vem sendo apontado, como um marco na história da educação brasileira. Consagrou a defesa formal da escola para todos e conferiu visibilidade às contradições do nosso processo de escolarização, estimulando o debate em torno da democratização do acesso à educação. (CAMURRA e TERUYA, 2008, p.02)

Lacerda”, alertando o público e o governo sobre as implicações dessa proposta (FREITAG, 2005, pag. 101).

Após treze anos de tramitação no congresso em meio a debates e reivindicações, o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação é promulgado em 1961 (Lei 4.024/ 61). A LDB/61 trouxe como principais mudanças a possibilidade de acesso ao nível superior para egressos do ensino técnico e a criação do Conselho Federal de Educação e dos Conselhos Estaduais. Em seu art. 2, essa lei estabelece a educação como direito e dever de todos. No entanto, ela desconsidera a realidade precária do ensino, marcada pela falta de escolas, professores, materiais e condições de acesso. “Essa Lei omite uma realidade social em que a desigualdade está profundamente arraigada” (FREITAG, 2005, p. 115). A autora assinala ainda que,

A LDB não procura ser um corretivo de diferenças sociais porque acha que não precisa sê-lo. Assim ela traduz no seu texto a estratégia típica da classe dominante que ao mesmo tempo em que institucionaliza a desigualdade social, ao nível da ideologia postula a sua inexistência. (FREITAG, 2005, p. 116)

No período que vai de 1964 a 1985 o Brasil viveu sob o regime militar, período marcado pelo autoritarismo, supressão dos direitos constitucionais, perseguição política, prisão e tortura dos opositores, e pela imposição da censura prévia aos meios de comunicação. Foi inaugurado um novo modelo de administração política e econômica em que as decisões políticas concentraram-se nas mãos do poder executivo, ignorando as negociações democráticas. Em termos educacionais, o período foi marcado pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública, com o emprego de uma pedagogia pautada em termos técnicos e livre de discussões. (GHIRALDELLI JR,2009, p. 112). Dentre as iniciativas instauradas pelo governo militar estava a nova constituição de 1967, a reforma do ensino superior e a reforma do ensino primário e médio, através da implantação nas escolas públicas dos 1º e 2º graus.

Influenciada pela ideologia tecnocrática¹⁴ a profissionalização do ensino foi intensificada durante a ditadura militar, Ghiraldelli Jr (2009, p.113) confirma essa situação quando coloca que o Ministro do planejamento do Governo Castelo Branco, Roberto Campos, em uma palestra sobre Educação e Desenvolvimento Econômico, demonstra a necessidade de atrelar a escola ao mercado de trabalho, sugerindo um vestibular mais rigoroso para as áreas que não atendessem às demandas do mercado. O sistema educacional era organizado de forma que o ensino médio deveria abordar conteúdos práticos, e ser destinado às massas e o ensino universitário fosse reservado às elites. Além da reprodução da força de trabalho, o incentivo à submissão do ensino ao mercado de trabalho também tinha o objetivo de desarticulação dos movimentos estudantis. Uma vez que, o citado Ministro acreditava que o engajamento estudantil na década de 1960 era devido ao fato de muitos estudarem em cursos que os deixavam politizados de mais.

Os programas de alfabetização desenvolvidos na década de 1960¹⁵ com o objetivo de diminuir o índice de analfabetismo no Brasil, também foram atingidos pelo golpe militar; muitos deles foram extintos por serem considerados de caráter comunista e representarem uma ameaça para o regime. Dessa forma, o governo militar criou a partir da Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, o MOBRAL¹⁶- Movimento Brasileiro de Educação um programa de alfabetização de jovens e adultos a seu modo, em que o governo tinha controle de todo conteúdo a ser ensinado, conteúdos esses, carregados da ideologia da modernização proposta pelos tecnocratas. Conforme Oliveira (1989, p. 09)

O MOBRAL se constituiu em uma das maiores iniciativas governamentais na área da alfabetização de adultos em nosso país e no mundo(...) Este Movimento apresenta-se como uma das tantas iniciativas do governo militar instaurado no país em 1964. Destina-se a preparar grandes contingentes de mão-de-obra semi-qualificada para integração no mercado de trabalho em

¹⁴ Essa ideologia assentava-se num economicismo monetarista e tinha como representantes os líderes dos setores técnicos do governo comprometidos com a promoção do desenvolvimento econômico.

¹⁵ Dentre esses programas, merecem destaque o Movimento de Educação de Base(MEB); Movimento de Cultura Popular(MCP); Centro Popular de Cultura(CPC), e a Campanha de Educação Popular(CEPLAR).

¹⁶ Dentro do MOBRAL existiam outros programas : programa de Alfabetização Funcional; Programa de Educação Integrada; Programa MOBRAL Cultural; Programa de Profissionalização

expansão e a assegurar a adesão das classes populares ao projeto governista

Na contramão dessa tendência de “despolitização” do ensino, para impedir a formação da consciência crítica, em favor do tecnicismo, para formação da mão de obra necessária para o mercado de trabalho, merece destaque o Movimento Estudantil (ME), cuja expressividade foi notável na luta contra o regime militar no ano de 1968. O ME foi responsável por muitas ações de protestos em oposição ao regime, tendo apoio de alguns partidos e organizações políticas. A principal luta estudantil nesse período foi a reforma Universitária¹⁷ e o fim dos acordos MEC-USAID e da Lei nº 4464 (Lei Suplicy de Lacerda) que colocavam fim à autonomia universitária com o propósito de transformar as Universidades em meras fundações particulares. A educação orientada conforme os acordos objetivava instituir uma visão tecnicista e liberal para a formação de trabalhadores para as indústrias, deixando de lado a educação para o desenvolvimento da consciência crítica¹⁸, na vez que a consciência da opressão sofrida possibilita o desenvolvimento de práticas emancipatórias.

No início dos anos de 1970, o Brasil viveu o chamado “milagre econômico”, representado pelo intenso crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da produção industrial. No entanto, esse crescimento na econômica trouxe benefícios apenas para as classes de maior poder aquisitivo, deixando de fora a população pobre, intensificando assim desigualdade social. Nesse cenário sócio-econômico foi necessário realizar algumas mudanças na educação para adequar o ensino ao

¹⁷ Com a reforma Universitária promovida pela Lei 5.540/68, o governo militar implantou algumas das ações propostas pelo Movimento estudantil, entretanto, visava a desmobilização do mesmo para dar continuidade ao seu plano desenvolvimentista, em prol do crescimento econômico.

¹⁸ Em meio à efervescência dos movimentos sociais, políticos e culturais do início dos anos 1960 Paulo Freire se destacou ao desenvolver ações relacionadas à educação, na formação de professores. O sistema de ensino utilizado por Freire espalhou-se como uma pedagogia para os movimentos populares do terceiro mundo. Depois seus trabalhos ganharam status de filosofia da educação. Tal concepção, afirma ter o homem vocação para “sujeito da história”, e não para “objeto”, mas no caso brasileiro esta vocação não se explicitaria, pois o povo teria sido vítima do “autoritarismo e do “paternalismo” correspondente à sociedade herdeira de uma tradição colonial e escravista. Fazia-se necessário, segundo tal concepção, romper com isso, libertar o “homem do povo” de seu “tradicional mutismo”. A pedagogia deveria, então, forjar uma nova mentalidade, trabalhar para a “conscientização do homem brasileiro” frente aos problemas nacionais e engajá-lo na luta política. (GHIRALDELLI JR, 2009, p. 106-107)

projeto de desenvolvimento do país. Nesse contexto, foram realizadas algumas alterações na estrutura e funcionamento do sistema educacional. Essas alterações se deram a partir da reforma de alguns pontos da Lei 5.692/61 gerando a lei nº 5.692/1971. A LDB de 1971 incorporou os objetivos gerais da LDB de 1961, os quais visavam “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (GHIRALDELLI JR, 2009, p.124). A LDB de 1971 torna, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau, para formar técnicos em regime de urgência. Dessa forma, é possível inferir que essa Lei tinha um caráter tecnicista, com destaque na quantidade e não na qualidade, nas técnicas pedagógicas em detrimento dos ideais pedagógicos, na submissão e não na autonomia.

O início dos anos 1980, no Brasil, foram marcados por um amplo processo de reorganização da sociedade civil. Após anos de ditadura militar, diversos setores sociais passaram a expressar publicamente sua indignação e a exigir cidadania em todas as dimensões. Os movimentos sociais foram protagonistas na luta contra a ditadura militar e pela redemocratização do país, exigindo do Estado os direitos civis, políticos e sociais. Entre 1979 e 1985, o Brasil viveu um processo de transição política, passando da ditadura para os marcos do Estado Democrático de Direito.

Em meados da década de 1980, durante o Governo Sarney, a política educacional passou por novas reformulações a partir do Programa Educação para todos que tinha como diretrizes: assegurar o acesso de todos ao ensino de boa qualidade; universalização do 1º grau; melhoramento e ampliação do 2º grau; redimensionamento das modalidades supletivas e especiais de ensino. Dentre as medidas propostas estavam a distribuição de material didático, concessão de bolsas de estudo aos alunos mais necessitados e a oferta de merenda escolar. Foi lançado também o Programa EDUCAR, que deveria substituir o MOBREAL, com a proposta de alfabetização de jovens e adultos utilizando o “Método Paulo Freire”. Conforme Santos (2010, p. 38)

No fim das contas, os planos da política educacional do governo Sarney não foram executados em sua plenitude ou, quando executados, aconteceram sem qualquer tipo de planejamento(...)O programa de distribuição de livros

trouxe problemas relacionados a atrasos e entrega de livros trocados ou não solicitados(...)O EDUCAR acabou em 1990 e na prática utilizou o padrão MOBRAF de ensino com cartilha e memorização; a maioria dos municípios beneficiados pelo programa ficava em áreas controladas pelo partido que também possuía o controle do MEC, sobretudo os municípios do Nordeste; muitas entidades locais que recebiam os recursos do EDUCAR, o utilizavam com fins diversos, que não necessariamente a alfabetização e a inclusão escolar dos jovens e adultos. A política privatista de convênios foi mantida e o Estado continuou a pagar bolsas de estudos nas escolas particulares, algumas instituições de ensino que se autointitulavam filantrópicas continuaram isentas de vários impostos, e não houve aumento significativo do número de estudantes nas escolas brasileiras.

Nessa conjuntura ganhou destaque a campanha pelas eleições diretas para a presidência da República conhecida como Diretas Já, um movimento político democrático de grande participação popular. Destaca-se também o debate em torno da elaboração do texto constitucional, que tinha por um lado o grupo formado por professores, intelectuais de esquerda ligados à educação, membros das universidades públicas e estudantes, a favor da universalização do ensino público e laico. Em oposição, o grupo conservador formado por civis que integraram os governos militares, membros da alta cúpula da igreja católica e membros das instituições de ensino privadas. Eles eram a favor da universalização do ensino, entretanto, defendiam a política de convênios do governo com as instituições particulares e a isenção de vários impostos para estas instituições, sobretudo às filantrópicas. Este grupo acreditava que o Estado era incapaz de gerir políticas públicas de ensino, sendo necessária a participação das instituições particulares.

2.2 Principais discussões sobre a política de educação no Brasil a partir da Constituição De 1988.

Após longo período de restrições às liberdades civis e políticas, inicia-se uma nova fase histórica no Brasil, cujo foco principal consiste na participação ativa da sociedade na condução dos rumos do país. Intensos debates e disputas foram

travados nesse momento de transição democrática¹⁹ para a elaboração de um texto constitucional que norteasse os rumos da nação. Logo, “a constituinte passou a ser vista como uma oportunidade por todos os setores da sociedade de imprimirem suas concepções e visões de mundo, definindo os rumos que a nação assumiria a partir de então”. (PERLATTO, 2009, p. 08)

Em termos educacionais a Constituição Federal de 1988 representa um salto de qualidade em relação às legislações anteriores, introduz novos elementos na estrutura e organização da educação, bem como maior precisão e detalhamento no campo dos direitos. Conforme Oliveira (1989) pela primeira vez em nossa história constitucional a educação é tratada com primazia enquanto direito social, no artigo 6º. Ela é amplamente divulgada como elemento de relevância para a consolidação de um Estado democrático de Direitos. Nos artigos 205 e 208 é atribuído à educação o status universalizante ao ser tratada enquanto direito de todos e dever do Estado e da família com acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público. Todavia, a efetivação desse direito na forma da lei, ainda se constitui um grande desafio.

A Reforma do Estado brasileiro, ocorrida ao longo dos anos de 1990, em meio à globalização e à reestruturação do processo produtivo, trouxe avanços e retrocessos no sistema de proteção social e na política educacional. Ao seguir tendências internacionais, sob a influência do ideário neoliberal²⁰, foram instauradas medidas de ajuste fiscal pautada na privatização de empresas públicas, na desregulamentação do mercado de trabalho e na redução dos investimentos em direitos sociais como saúde, educação e cultura. Essas medidas ocasionaram sérios problemas sociais, como a elevação do desemprego, aumento da pobreza e das desigualdades sociais. Ao longo desse processo, ao reconhecer a gravidade da situação socioeconômica, provocada pela ofensiva neoliberal, o Estado, apoiado

¹⁹ Sobre a transição democrática ver Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho dois intelectuais de destaque no debate público nacional no contexto da redemocratização do país.

²⁰ De acordo com Anderson (1996 apud BASSO e NETO, 2014, p.04) o neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política contra a intervenção do Estado de bem-estar. Para Boito JR (1999 apud CARINHATO, 2008, p.12) é, fundamentalmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, superestimando as ações da iniciativa privada, rejeitando a intervenção estatal na economia.

pelos organismos multilaterais de financiamento, volta minimamente a atenção para o setor social para tentar reduzir esses agravantes. Nesse sentido, Silva (2003) defende que o processo de reforma no Brasil passou por dois momentos:

O primeiro corresponde ao período de retomada da ofensiva do neoliberalismo estendendo-se até o início da década de 1990. O Estado foi duramente criticado pelo seu caráter intervencionista, exigindo-se a redução do seu “tamanho” como uma condição livre ao funcionamento do mercado. [...] No segundo momento, esboçou-se uma suposta alternativa ao caos provocado pelas políticas neoliberais, representando uma mudança parcial de rota mediante o reconhecimento da gravidade da situação sócio-econômica reinante em alguns Estados nacionais. (Silva 2003 p. 66 apud Almeida e Junior, s/a, p. 03)

Nesse contexto as reformas de educação e as políticas públicas educacionais passam a ser gestadas no Brasil sob forte influência dos relatórios e diagnósticos²¹ elaborados pelos organismos multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial (BM) e pelas instituições internacionais de cooperação técnica, como o Programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) entre outras (SOUZA e FARIA, 2004, p 927).

Para Souza e Faria (2004, p. 927-928), todos esses organismos e documentos internacionais tem em comum a defesa da descentralização²² como meio de desburocratizar o Estado e implementar novas formas de gestão dos espaços públicos, da autonomia gerencial das escolas e do incremento dos índices de produtividade dos sistemas públicos. É nesse contexto e de acordo com as

²¹ Um dos principais documentos internacionais que vai influenciar a política educacional brasileira, nessa década, foi a Declaração Mundial de Educação para Todos, resultado da Conferência Mundial de Jomtien na Tailândia, em 1990, promovida pelo BM, em conjunto com o PNUD, a UNESCO e a UNICEF, que tem como objetivo firmar o compromisso de satisfazer às necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é formulado um Plano de Ação que estabelece orientações prioritárias em âmbito nacional, regional e mundial. (MENEZES E NETO, 2011. p. 03)

²² A descentralização propriamente dita refere-se à transferência de competências para outros níveis de governo, de decisão e gestão com autonomia e personalidade jurídica próprias, como federalização, regionalização, municipalização ou privatização (PARENTE e LUCK, 1999, p. 05 apud MENEZES e NETO, 2011, p.04)

premissas apontadas nos documentos internacionais, que foram aprovadas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394/96, a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) - Lei nº 9.424/96, o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 10.172/2001, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e foram implementados os diversos programas e projetos no período, como o programa do transporte escolar, da alimentação escolar, do livro didático e o programa de formação e valorização dos trabalhadores em educação.

De acordo com Basso e Neto (2014) após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9.394/96 houve uma expansão no acesso à educação escolar nunca antes vista em outro momento histórico. Ela estabelece em seu artigo 4º, além da obrigatoriedade e da gratuidade do ensino fundamental, a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio”. Com isso, o governo indicava a intenção e a necessidade de universalizar o ensino médio da mesma forma que vem fazendo com o ensino fundamental. Entretanto essa expansão da escolarização não garante condições mínimas de qualidade, ou seja, trata-se de uma educação voltada apenas para a instrumentalização do trabalhador e não para garantir que ele se aproprie dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade e seja formado integralmente.

Nesse sentido, Basso e Neto (2014) traz à análise o projeto de lei 8.035/2010, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. Este, privilegia a educação básica com o discurso de reduzir a desigualdade educacional, a partir da promessa de assegurar a escolaridade mínima de 12 anos para as populações do campo, das regiões de menor escolaridade e para os 25% mais pobres do país, aumentando assim a escolaridade média dos brasileiros entre 18 e 24 anos. Juntamente a esta meta estão previstos a elevação da taxa de alfabetização das pessoas com mais de 15 anos, a erradicação do analfabetismo até 2015 e redução da taxa de analfabetismo funcional (BRASIL, 2011, apud BASSO e NETO, 2014p. 69). Percebe-se portanto, que “a prioridade da educação pública brasileira é retirar as pessoas mais pobres da condição de analfabetismo, permitindo assim que sejam integradas ao mercado de trabalho, para a realização de atividades que exigem baixa qualificação”.(BASSO e NETO, 2014, p. 06).

Basso e Neto (2014) à luz do relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI “Educação um tesouro a descobrir” organizado e coescrito por Jacques Delors, expõe a maneira como a educação é vista no presente século, dentro do processo de globalização. Verifica-se a necessidade de redução dos conteúdos pedagógicos, entendendo-os enquanto uma “bagagem-pesada” de conhecimentos; e a valorização do domínio das tecnologias, “para que os indivíduos possam aprender aquilo que lhes é útil em meio à tempestade de informações que a mídia e os meios de comunicação em geral lhe impõem cotidianamente”. (BASSO e NETO, 2014, p.03)

A importância que adquirem, nessa nova realidade mundial, a ciência e a inovação tecnológica têm levado os estudiosos a denominarem a sociedade de hoje, sociedade do conhecimento, sociedade técnica informacional ou sociedade tecnológica. Isso significa que o conhecimento, o saber e a ciência adquirem um papel muito mais destacado que anteriormente. Hoje as pessoas aprendem na fábrica, na televisão, na rua, nos centros de informação, nos vídeos, no computador e, cada vez mais, vão se ampliando os espaços de aprendizagem.

Caberia então à escola a tarefa mínima de ensinar o aluno a ler, escrever e dominar as quatro operações matemáticas para que ele se aproprie dos infinitos conhecimentos informais e adquira capacidade de acordo com as exigências do mercado. Ou seja, trabalhadores polivalentes, flexíveis, ágeis, com conhecimentos técnicos e relativo domínio na área da informática, que falem, leiam e escrevam em vários idiomas, que possuam habilidades múltiplas. Corroborando com Basso e Neto (2014, p.07), “trata-se, portanto, da desvalorização dos conhecimentos historicamente construídos, da banalização da necessidade de uma formação integral dos indivíduos”

Outra questão que merece destaque é a mercantilização/ privatização da educação superior no Brasil.

O predomínio das instituições privadas no Brasil teve início com a Reforma Universitária de 1968 implementada durante o regime militar, que incentivou o surgimento e a manutenção, a princípio, de estabelecimentos isolados. Até então, o segmento privado compunha-se de um conjunto de IES confessionais e comunitárias; e, como não se previa juridicamente a existência de empresas educacionais, todas foram denominadas como instituições sem fins lucrativos e, portanto, beneficiadas pela renúncia fiscal

dos impostos sobre a renda, o patrimônio e os serviços, bem como pelo acesso a recursos federais. (CARVALHO, 2013, p.761)

A LDB de 1996 foi um marco legal no favorecimento à expansão desse setor uma vez que, a Constituição Federal de 1988 reconhecia a existência de instituições privadas, mas não as caracterizava claramente como empresas. Bercht (2008) analisa que foi a Lei nº 9.394/96 que distinguiu as instituições privadas com fins lucrativos das demais e estabeleceu regras para o funcionamento das entidades, passando a permitir a existência de empresas de ensino visando, obviamente, ao lucro.

Nesse sentido, percebemos que a legislação educacional legalizou a transformação da educação em mercadoria, cujo preço é determinado pelo mercado que tem como objetivo central obtenção de lucro a todo custo. Vale ressaltar que o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) levou avante o processo de “modernização” conservadora, iniciado pelo governo Collor de Mello (1990-1992) e de Itamar Franco (1992-1994), instaurando várias medidas de reestruturação para a educação superior e para as universidades públicas. Dentre elas, a Lei nº 10.260, de 7 de dezembro de 2001, que dispôs sobre o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES) e que possibilitou, indiretamente, a alocação de verbas públicas para as instituições privadas.

Dando continuidade a essa lógica de investimentos nas IES privadas, em 2005, no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), sob a Lei nº. 11.096 de 13/1/2005, que visa regular a oportunidade de estudos por meio de oferta de bolsas de estudo parciais e integrais para pessoas de baixa renda em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. As IES privadas que aderiram ao programa recebem renúncia fiscal, com isenção de impostos. Conforme análise de Valle (2009) o tratamento dado à educação, com base no modelo estabelecido pelo PROUNI, enfoca a mercantilização do conhecimento. O discurso dado pelo governo de democratização do ensino se dá pelas vias do acesso enquanto que a permanência do ensino ainda não se constitui objetivo principal, resulta ainda, na precarização da qualidade e na redução da autonomia universitária. Conforme Almeida (2012),

No que tange ao acesso ao ensino superior, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação de 2010 (PNDE) objetiva o aumento do número de matrículas, o que ocorre em grande parte através do ensino à distância e seu falacioso discurso de democratização. O tratamento da educação como uma mercadoria e não como direito social garantido pelo Estado alcança proporções agudas na precarização da educação como um todo e, em particular, através desta modalidade de Ensino, que contraria as diretrizes para formação construídas historicamente pelas profissões. (ALMEIDA, 2012, p. 01)

Cabe salientar que, ao investir em IES privadas e promover a expansão do Ensino à distância, o governo reduz os gastos com as instituições públicas e desvaloriza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, levando à precarização da formação profissional,

Problemas como redução de investimentos em Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), podem ocasionar a diminuição de capacidade de produção intelectual e incentivo à pesquisa, afetando diretamente a qualidade do ensino como um todo em função de correr o risco de deixar de ser uma referência nesse segmento, ainda que os processos de avaliação do ensino superior sejam mantidos pelo Ministério da Educação. (VALLE, 2009, p.98)

É mister trazer à discussão a significativa proposta de expansão da educação superior como política pública, iniciada em 2003 a partir do Programa de Expansão Fase I e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Como resultado desse processo, observa-se uma significativa expansão das Universidades Federais e campi instalados em sua maioria no interior do país, aumento do número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação²³. Em sua formulação, o REUNI tem como principais objetivos:

garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes

²³ Dados retirados de:
http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81

níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior. (BRASIL, 2008, p. 03)

Entretanto, a partir da avaliação realizada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), publicado no segundo fascículo do terceiro número da revista Dossiê Nacional Precarização²⁴, percebe-se um descompasso entre os objetivos propostos pelo programa e a realidade de sua implementação,

O projeto de ampliação e de interiorização acabou por aprofundar os problemas infraestruturais, pedagógicos, administrativos e financeiros das Instituições Federais de Ensino, revelou-se desastroso quanto à qualidade acadêmica e precarizador das condições de trabalho docente. Com a expansão desordenada, os problemas estruturais que as universidades públicas enfrentavam se agravaram. Hoje, o que se vê, de Norte a Sul do País, são improvisações, obras inacabadas, equipamentos deteriorados e a mais absoluta falta de condições de lecionar e de fazer pesquisa. Observa-se também, a desconstrução da carreira docente, perdas salariais, a falta de transparência na gestão dos orçamentos e de democracia no meio acadêmico, a imposição de interface por meio de estruturas privadas e de processos avaliativos descolados da contribuição peculiar de cada percurso acadêmico ao projeto de desenvolvimento institucional, e trouxeram como efeitos colaterais o estímulo à individualização, a divisão da categoria e o incremento da lógica produtivista. (ANDES-SN, 2013)

Nesse contexto, o que mais preocupa é a tentativa de privatizar as Universidades Federais, o que tornaria mais escassa as chances da classe menos favorecida estudar. Sabemos que a iniciativa privada visa o lucro e, portanto, não está interessada na formação de seres humanos conscientes, críticos e participantes do próprio processo de construção política e social do país. Em “a educação para além do capital”, Mészáros (2005) ensina que pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano exige a superação da lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos.

A partir do exposto no decorrer deste capítulo é possível perceber que o sistema educacional brasileiro, em todo seu percurso histórico, é organizado de

²⁴ Revista disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-538744690.pdf>

modo a atender aos interesses da classe dominante, adequando o ensino às necessidades do mercado em detrimento da formação de seres humanos conscientes, críticos e participantes do próprio processo de construção política e social do país. Sendo marcado por seu caráter elitista, classista e discriminatório, características que influenciam na abrangência e qualidade da educação.

CAPÍTULO 2: A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL ATUANTE NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

3.1 A prática profissional do assistente social: algumas aproximações

Para compreender a prática profissional²⁵ do assistente social, faz-se necessário realizar uma reflexão acerca do significado da profissão e seu processo de amadurecimento dentro da dinâmica da sociedade capitalista, a qual imprime um modo de produção sustentado pela exploração do trabalho, produzindo desigualdade e conflitos. Um processo de produção e reprodução das múltiplas expressões da questão social²⁶ que se constitui o objeto de trabalho do assistente social.

A intensificação do processo de industrialização no Brasil, na década de 1930, levou ao desenvolvimento econômico e à urbanização. A concentração da população nas áreas urbanas trouxe consigo a complexidade da questão social relacionada à precariedade no campo da assistência, educação, saúde, habitação, entre outros. De acordo com Bulla (2003), o avanço da industrialização ocasionou o aumento da concentração de renda e a ampliação das desigualdades sociais e das tensões nas relações de trabalho, agravando-se a questão social. Foi nesse contexto conturbado que o Serviço Social surgiu no Brasil, “como iniciativa particular de grupos e frações de classe que se manifestavam, principalmente por intermédio da Igreja católica” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2005, p.127). Nesse sentido, o

²⁵ Segundo Baptista (2009, p.17) as relações que configuram a prática profissional são complexas. Por um lado; expressam determinado tipo de intervenção no âmbito das práticas sociais; por outro resultam de uma especialização do trabalho coletivo no contexto da sociedade, determinada pela divisão sociotécnica do trabalho(...) Nesse sentido, a intervenção profissional é um processo complexo, desencadeado em um espaço social delimitado, que, no entanto, estabelece relações estruturais com outros espaços de diferentes amplitudes, o qual se particulariza em diversos campos de trabalho e em representações que se modificam conjuntamente.

²⁶ Conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum : a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos matem-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2012, p.27)

assistente social era requisitado a desenvolver práticas assistencialistas para atenuar os problemas sociais e atuar na mediação dos conflitos de interesses das classes antagônicas (burguesia e proletariado).

A base ideológica do Serviço Social relacionava-se à doutrina social da igreja Católica sustentada pela concepção filosófica do neotomismo²⁷. Dessa forma, as intervenções profissionais eram de cunho moral e religioso, voltadas para os indivíduos considerados “marginalizados”. Dessa forma, o assistente social exercia mecanismos de controle, na perspectiva de ajustá-los ao meio social, já que eram culpabilizados pela situação em que se encontravam e executava ações assistencialistas para minimizar as sequelas da questão social, expressas pela fome, desemprego, enfermidades, entre outras.

Além do neotomismo ao longo do seu processo histórico, o Serviço Social brasileiro recebeu a influência de outras correntes filosóficas²⁸ que deram embasamento à sua prática. Entretanto, no processo de transformação da sociedade e de amadurecimento da profissão, essas referências ideológicas começaram a ser questionadas por uma parcela da categoria profissional, que buscava uma teoria que oferecesse subsídios para uma análise crítica da sociedade capitalista em desenvolvimento e conduzisse novos direcionamentos à prática profissional frente à realidade social.

Nesse contexto, o Serviço Social passa a rever sua fundamentação conservadora, em um movimento que pretendia reconfigurar as bases teóricas, técnicas e políticas da profissão para que a prática profissional possa responder às demandas da ordem do desenvolvimento capitalista. Com base em Netto (2009) esse movimento ficou conhecido como processo de renovação do Serviço Social que, no Brasil, assume três diferentes direções: a perspectiva modernizadora²⁹,

²⁷

²⁸ Tais como: Fenomenologia, positivismo, funcionalismo, estruturalismo, etc.

²⁹ A perspectiva modernizadora encontra a sua formulação afirmada nos seminários de teorização do serviço social organizado pelo CBCISS em Araxá (março 1967) e Teresópolis (janeiro 1970) no sentido de inserir os profissionais num viés moderno de teorias e técnicas para novos instrumentos que possam responder as demandas da ordem do desenvolvimento capitalista.

reatualização do conservadorismo³⁰ e Intenção de ruptura³¹. Foi a partir da perspectiva de intenção de ruptura que o Serviço social brasileiro estabeleceu uma aproximação com a teoria crítica do marxismo, na tentativa de romper com o tradicionalismo da profissão. De acordo com Almeida e Alencar,

a aproximação do Serviço social com as reflexões de Marx abrem novas perspectivas para o desenvolvimento intelectual da profissão assim como para a pavimentação de um caminho político-organizativo bastante consistente a partir dos anos de 1980. Além da incorporação em larga escala do Serviço social na concepção de que a profissão surge e desenvolve a partir da divisão social e técnica do trabalho da sociedade capitalista em sua fase monopolista, consolida também a compreensão de que a questão social constitui-se no fenômeno fundante da profissionalização do Serviço social(ALMEIDA e ALENCAR, 2011, p.125)

A partir da recusa e crítica ao conservadorismo profissional, inicia-se um debate na profissão, entre os anos de 1980 e 1990, acerca da construção de um projeto profissional que imprima novos horizontes ao Serviço Social, que possua em sua dimensão uma imagem ideal da profissão; Os valores que a legitimam; Sua função social e seus objetivos; Conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas e práticas etc. (NETTO, 1999). Conforme lamamoto (2011, p.223)

O projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, com forte presença das lutas operárias que impulsionam a crise da ditadura do grande capital. Foi no contexto de ascensão do movimento das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e pela defesa do Estado de Direitos, que a categoria dos Assistentes Sociais foi sendo

³⁰ O Segundo momento a reatualização do conservadorismo consisti na recuperação da herança conservadora da profissão, recorrendo ao pensamento Fenomenológico, onde na tese de livre-docência de Anna Augusta de Almeida expressa novas ideias direcionada para produções teóricas do próprio assistente social. Neste sentido mostra uma preocupação em oferecer apenas suportes teóricos para que os profissionais interpretassem e compreendesse as necessidades do cliente, descobrindo possibilidades para que se realizem de acordo com seus propósitos humanos.

³¹O momento de intenção de ruptura, que por sua vez critica o tradicionalismo e seus suportes ideológicos, metodológicos, visa romper com tradicionalismo para que possa estar dando respostas adequadas às demandas do desenvolvimento brasileiro, surgindo assim também documentos que colocaram em pauta a necessidade de romper com o tradicionalismo, com a forma empírica de envolvimento dos profissionais do serviço social. Neste sentido na medida em que a sociedade se desenvolve, surgem vários métodos para acompanhar a revolução social e assim amenizarem a questão social.

socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil.

Braz e Teixeira (2009) assinalam que o projeto ético- político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá a partir da dimensão política que a intervenção profissional impõe, independente do espaço sócio-ocupacional ou da ação desenvolvida, tendo consciência ou não da natureza das demandas, toda prática profissional é revestida por um direcionamento político, favorecendo interesses sociais distintos e contraditórios. Nesse sentido, o projeto ético- político profissional,

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central, a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e /ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p. 15)

Sua dimensão política é em favor da equidade e justiça social, universalização do acesso a bens e serviços, ampliação e consolidação da cidadania. Tendo em sua dimensão profissional o compromisso com a competência profissional e com a qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Com base em Barroco e Terra (2012, p. 10) “a formação e o exercício profissional com qualidade exigem, entre muitas outras questões, uma direção política e crítica para que o projeto-ético-político profissional não se degenere em mera ‘carta de intenção’ ”. Nesse sentido, nos anos 1990, a categoria dos assistentes sociais, sob a coordenação do CFESS, foi chamada a rever os instrumentos normativos do Serviço Social.

Nessa mesma década foi aprovada a Lei de Regulamentação da profissão- Lei n.8662- e o atual Código de Ética dos/ as Assistentes sociais, ambos em 1993. No caso específico do CEP, entendemos que ele foi síntese de lutas e conquistas, revelando o amadurecimento das reflexões iniciadas na viragem da década de 1970-1980 e expresso no Código de 1986. (BARROCO E TERRA, 2012. p. 12)

O presente Código de Ética Profissional - CEP, dispõe sobre os princípios ético-políticos da profissão, comprometidos com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Tendo como valores centrais a liberdade, a equidade, a justiça social, a defesa dos interesses do trabalho e da classe trabalhadora e dos direitos humanos. De acordo com Martinelli,

é um código vigoroso, que fundamenta o projeto ético- político profissional e o articula a um projeto social mais amplo. É um código que pressupõe um profissional competente, crítico qualificado teoricamente e, sobretudo com muita coragem para lutar contra os obstáculos que se interpõem em sua trajetória. (MARTINELLI, 2009 p.157-8)

A lei de Regulamentação da profissão- Lei 8.662/93, estabelece nos seus artigos 4º e 5º, respectivamente, as competências³² e atribuições³³ privativas do

³² Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - (Vetado);
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

³³ Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

assistente social. Conforme Iamamoto (2009) as competências se constituem em capacidades profissionais de resolver determinadas situações, não sendo exclusiva de uma especialidade profissional. E as atribuições se referem às funções privativas do assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas.

Além da Lei 8.662/93 e do Código de Ética, outro documento importante para a formação do Projeto Ético-Político da categoria são as Diretrizes Curriculares. Com base em Iamamoto (2012) no reconhecimento dos desafios históricos dos anos 1990, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), aprovou, em 1996, no mesmo ano das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, uma nova proposta de currículo mínimo³⁴ para o curso de graduação em Serviço social. O tema central do processo de construção desse novo currículo foi a questão social, entendida no âmbito da produção e reprodução da vida que tem no trabalho seu elemento fundante. Tal perspectiva articula organicamente a profissão e a realidade.

A nova proposta de diretrizes curriculares para o curso de graduação em Serviço Social, é resultado de um largo acúmulo de debates, troca de experiências e produção acadêmica em torno da formação profissional e revisão curricular [...] A proposta básica para o projeto de formação profissional, a partir da qual foi elaborada o projeto das diretrizes curriculares, analisa o Serviço social como umas das formas de especialização do trabalho coletivo, parte da divisão sócio- técnica do trabalho. Assim, o desvendamento do seu significado sócio-histórico implica analisá-lo no quadro das relações entre as classes sociais e destas com o Estado, no âmbito dos processos de produção e reprodução social. (IAMAMOTO, 2012, p.261-262)

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

³⁴ É importante salientar que a primeira revisão curricular para a formação profissional do Serviço social ocorreu nos anos 1980, efetivada pela elaboração do Currículo mínimo de 1982, “ a discussão da reforma curricular de 1982 expressou uma reorientação radical da formação profissional, motivada pelo movimento de democratização do país com a marca de politização nos debates sociais e pela revisão ética, política e teórico-metodológica.(PIANA, 2009, p.79). Segundo Almeida (2000 apud PIANA,2009, p 79) “[...]o currículo de 1982 representou uma profunda reorganização da formação profissional alicerçada social, ocupacional e academicamente em mudanças no cenário político e institucional e na sociedade.

As mudanças ocorridas na sociedade, reflexo da globalização mundial sobre a hegemonia do grande capital financeiro, trouxeram novos desafios à profissão, exigindo dos assistentes sociais a capacidade de sintonizarem-se com o ritmo das mudanças, e de construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes. (Iamamoto, 2012)

Nesse contexto, a reforma do Estado brasileiro, efeito desse processo “globalizante” ao basear-se nos princípios neoliberais, tem como uma das principais “bandeiras” minimizar os investimentos do Estado no campo social em detrimento da priorização dos investimentos no mercado. A retração do Estado em suas responsabilidades e ações no campo social ameaça os direitos adquiridos ao longo desses anos, gerando situações de desigualdade e exclusão social, aumento da pauperização e, portanto, o aumento das demandas por políticas sociais, de um modo geral e, particularmente, por políticas de proteção social (YAZBEK, 2000, p.95-8 apud PIANA, 2009, p. 87).

Além das políticas sociais, todo esse processo de reestruturação do capital, afeta também as políticas de emprego e salário e o mercado de trabalho, atingindo todos os seguimentos dos trabalhadores na divisão sócio-técnica do trabalho, especificamente o Serviço Social, como uma das “especializações do trabalho na sociedade”(Iamamoto, 2012). Nesse contexto, presenciamos a precarização das relações de trabalho, “tais como a redução dos concursos públicos, demissão dos funcionários não instáveis, contenção salarial, corrida à aposentadoria, falta de incentivo à carreira, terceirização acompanhada de contratação precária, temporária, com perda de direitos etc.” (IAMAMOTO, 2012,p.124).

A retração do Estado no campo das políticas sociais implica na transferência de responsabilidades para a sociedade civil. Isso ocasiona uma retomada às práticas filantrópicas no campo da prestação de serviços assistenciais, através do estímulo à participação das entidades privadas e ações voluntárias. Com isso, “fortalece o jogo de interesses privados na implementação dos serviços sociais, afetando o seu caráter público” (IAMAMOTO, 2012, p.159).

A redução dos recursos para as instituições prestadoras de serviços públicos, expressão da política de redução de gastos sociais, recomendada pela política econômica governamental, traz ainda como consequências a perda de qualidade

dos atendimentos, bem como a ampliação da sua seletividade, ferindo o princípio da universalização dos direitos sociais e dos serviços, expresso na Carta Constitucional de 1988.

Com base em Iamamoto (2012), diante desse quadro de escassez de recursos, ocasionando o aumento da seletividade e crescente restrição da capacidade de atendimento, o assistente social, como um prestador de serviços, vê-se cada vez mais compelido a exercer a função de um juiz rigoroso da pobreza, técnica e burocraticamente conduzida, como uma aparente alternativa à cultura do arbítrio e do favor, caindo na armadilha da retomada à práticas conservadoras.

Nesse sentido, o profissional de serviço social tem um grande desafio que é criar estratégias para impedir a retomada a essas práticas conservadoras, uma vez que, o aumento da seletividade impõe critérios cada vez mais rigorosos para a seleção do público a ser contemplado pelos serviços. Outro fator que se coloca diante da precarização do mercado de trabalho e os limites institucionais é que, em muitos casos, os profissionais se deparam com o ócio, impedidos de trabalhar, gerando a descrença, a desilusão e o imobilismo profissional. “Esse quadro tem sido fonte de angústias e questionamentos sobre o nosso papel profissional, diante da dificuldade de criar, recriar e implementar propostas de trabalho, podendo estimular a burocratização e o vazio profissional.” (IAMAMOTO, 2012, p. 161).

Em contraponto à descrença que leva o profissional a pensar que “nada pode fazer” diante dos desafios, a supracitada autora, chama a atenção que é necessário evitar o que ela concebe como “messianismo profissional: uma visão heroica do Serviço social que reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social” (p.22), ou seja, a ideia de que o profissional dessa área é capaz de dar conta de todas as situações como “num passe de mágica”.

No entanto, a mesma autora esclarece ainda que “para garantir uma sintonia do Serviço social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão ‘de dentro’ do Serviço Social.” (p.22) Acrescentando ainda que,

Olhar para fora do Serviço Social é condição para se romper tanto com a visão rotineira, reiterativa e burocrática do Serviço Social, que impede vislumbrar possibilidades inovadoras para a ação, quanto uma visão ilusória e desfocada da realidade, que conduz a ações inócuas. Ambas tem um ponto em comum: estão de costas para a história, para os processos sociais contemporâneos. (IAMAMOTO, 2012, p. 22)

Portanto, as possibilidades de trabalho frente aos desafios colocados à profissão no tempo presente, requer a apreensão das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, bem como compreendê-las enquanto dimensões complementares, na particularidade do trabalho profissional do assistente social. “ Trata-se de uma articulação do conhecimento e do domínio da teoria com a prática, numa visão de totalidade” (SILVA E SILVA, 1995 apud BATTINI, 2009, p.53). A articulação dessas três dimensões, que serão tratadas no próximo tópico, é o que possibilita ao assistente social compreender e dar respostas às expressões da questão social que se manifestam como demandas em seu campo de atuação profissional.

3.1.1 As dimensões da prática profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Iamamoto (2012), ao analisar o Serviço Social na contemporaneidade, no marco das transformações que vem alterando a economia, a política e a cultura na sociedade brasileira, sob a égide do capital financeiro, aponta três dimensões indissociáveis que devem conduzir a prática profissional do assistente social, delineando o perfil da profissão no cenário contemporâneo. São elas: as dimensões teórico-metodológica, ético-política, e técnico-operativa.

As Diretrizes curriculares para a formação profissional, deixa claro que a articulação entre as dimensões constitutivas da profissão é essencial para que o profissional se coloque diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Nessa perspectiva ela traz que os recursos teóricos são necessários para apreender as questões determinantes do trabalho profissional, especialmente

no que tange às formas de pensar dos assistentes sociais, o que implica na forma de agir.

A partir do conhecimento historicamente construído é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção profissional, que de acordo com as Diretrizes Curriculares se dá a partir de quatro questões fundamentais:

o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção. Imbricada ao desvelamento destas questões, situa-se a dimensão técnico-operacional, como componente do trabalho consciente e sistemático do sujeito profissional sobre o objeto de sua intervenção, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos. As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. (ABEPSS, 1996, p.13)

O caráter interventivo da profissão pressupõe o conhecimento do objeto de intervenção. Nesse sentido, “apesar de não dispor de “teorias próprias” (NETTO, 1999), o Serviço social dispõe de um arsenal teórico-metodológico que possibilita “decifrar os processos sociais em seus múltiplos determinantes e expressões, ou seja, em sua totalidade”(IAMAMOTO, 2012,p.262). As Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço social, em vigência, traz como pressuposto a adoção da teoria social crítica e do método materialista-histórico-dialético, como orientação teórico-metodológica. Evidenciando que a adoção da teoria crítica de Max é hegemônica na profissão. Para lamamoto (2012, p.62-63),

As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento não é só o verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado.

É importante ter em mente que apesar de a teoria possibilitar o conhecimento ela não se constitui como uma receita ou manual, pronta para ser aplicado na realidade. É preciso considerar que o assistente social trabalha com o que há de mais complexo: o ser humano, em uma realidade que não é estática, mas que está

em constante movimento. Essa compreensão de que a teoria deve ser aplicada de imediato na prática, constitui-se no falso dilema entre teoria e prática no Serviço social. O falso dilema referido, “é a concepção da relação entre teoria e a prática que parte da premissa de que o valor da teoria está condicionado exclusivamente à sua capacidade de responder imediatamente à realidade”. (FORTI; GUERRA, 2010, p. 5-6)

Santos (2010) ao fazer uma análise acerca da dialética teoria e prática, afirma que existem compreensões equivocadas no trato dessa relação. A teoria foi apreendida como algo que se transforma em prática de forma imediata oferecendo, também de forma imediata, instrumentos para a intervenção. E a prática, foi apreendida como sinônimo de instrumentos e técnicas. “Nessa direção, o que se deve considerar é que de um referencial teórico não deriva, de imediato, instrumentos e técnicas para a intervenção, mas ele contribui e é condição necessária para a escolha dos instrumentos mais adequados à ação.” (SANTOS, 2010, p. 05).

Desse modo é possível compreender que não há prática sem teoria nem teoria sem prática. Nas palavras de Forti e Guerra (2010, p. 4) “a teoria não é capaz, por si só, de processar qualquer alteração na realidade concreta”, da mesma forma que “a prática não é, por si só, capaz de suscitar saber; principalmente se tratando de um campo complexo como o do assistente social” (FORTI e GUERRA, 2010, p. 8). Portanto, a teoria e a prática estão em unidade uma com a outra, num movimento dialético.

Uma vez emersa na relação conflituosa de duas classes antagônicas, a burguesia e o proletariado, o profissional do Serviço social deve assumir um posicionamento político, que não se confunde com a militância partidária, frente às questões inerentes à realidade social, para que possa ter clareza no direcionamento da sua prática. Conforme Guerra (2009) o exercício da dimensão política da prática faculta ao profissional questionar, alterar momentaneamente, modificar ou transformar de modo radical as relações de poder. Isso implica em assumir valores éticos no seu fazer profissional, com base nos princípios do Código de Ética da profissão.

Portanto, o assistente social deve pautar sua prática no reconhecimento da liberdade como valor ético central, na defesa intransigente dos direitos humanos, da ampliação e consolidação da cidadania em defesa da democracia; posicionando-se em favor da equidade e justiça social, eliminando todas as formas de preconceito; deve respeitar as correntes profissionais democráticas, em garantia do pluralismo; optar por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero. Além de articular-se com movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do Código e com a luta dos trabalhadores; ter compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; e exercer o Serviço Social sem ser discriminado/a nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (BARROCO E TERRA, 2012)

Além de conhecer e posicionar-se diante da realidade social o assistente social deve também apropriar-se de habilidades técnicas que possibilite a sua atuação qualificada junto à população usuária e às instituições contratantes, configurando-as enquanto elementos mediadores da prática profissional.

De acordo com Trindade (2011) a técnica se aprimora a partir da utilização dos instrumentos, diante da necessidade de sua adequação às exigências de transformação dos objetos, visando ao atendimento das mais variadas necessidades humanas. Considerando que a articulação entre instrumentos e técnicas se constitui no instrumental técnico-operativo, pois expressam a conexão entre um elemento constitutivo dos meios de trabalho (os instrumentais de trabalho) e o seu desdobramento- qualitativamente diferenciado – ocorrido ao longo do desenvolvimento das forças produtivas (as técnicas).

Sobre a utilização dos instrumentais técnico-operativo Martinelli(1994) considera que,

a utilização dos instrumentais no cotidiano da prática profissional é um fator preponderante para o assistente social. Como todos os profissionais têm seus instrumentos de trabalho, e sendo o assistente social um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, necessita de bases teóricas, metodológicas, técnicas e ético-políticas necessárias para o seu exercício

profissional. Os instrumentais técnico-operativos são como um conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional (MARTINELLI, 1994, p. 137).

Iamamoto (2012) alerta que a dimensão técnico-operativa deve ser desenvolvida junto às dimensões teóricas- metodológica e ético-política, caso sejam desenvolvidas isoladamente, poderão transformar-se em armadilhas para a profissão, tais como o militantismo, o teoriosmo e o tecnicismo. A autora supracitada acentua ainda, que as abordagens unilaterais levam a um afastamento entre o Serviço Social e a própria realidade social.

Pode-se concluir que articular a profissão e a realidade é um dos maiores desafios, pois entende-se que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade. Nesta perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura, com foco privilegiado na questão social, não são apenas o pano de fundo que emolduram o exercício profissional; ao contrário, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social, devendo ser apreendidas como tais. O esforço está, portanto, em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, atribuindo-lhe centralidade que deve ter no exercício profissional.(IAMAMOTO, 2012, p.55)

O conhecimento possibilita descortinar a realidade, vê-la, não na sua aparência, mas na sua essência para que “ação profissional não se torne pragmática, sem intencionalidade e clareza de finalidade.” (FRAGA, 2010, p. 41). À medida que o profissional conhece a realidade a qual pretende intervir e apreende as reais necessidades sociais, ele adquire capacidade de transformar sua intencionalidade em ações concretas que possam dar respostas às expressões da questão social. Segundo Guerra (2000) essa capacidade/habilidade que o profissional pode ter de articular as três dimensões da prática profissional, a teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para dar respostas profissionais em seu âmbito de atuação, constitui-se na instrumentalidade do Serviço social.

a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano (GUERRA, 2000, p. 02)

Tal instrumentalidade possibilita aos profissionais compreenderem o cotidiano de vida dos usuários. Essa compreensão está associada à postura investigativa, enquanto suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias diante da complexidade que envolve as demandas profissionais e os limites institucionais. Nesse sentido, o próximo capítulo dispõe-se a tratar a cerca da investigação em Serviço Social compreendida enquanto busca pelo conhecimento dos elementos essenciais para a condução da prática profissional do assistente social. Na perspectiva de desenvolvimento de ações efetivas no trato das expressões da questão social que são transformadas em demandas no âmbito de atuação profissional.

3.1.2 A dimensão investigativa da prática do serviço social

O Serviço Social é uma profissão que possui um caráter interventivo, isto é, produz uma ação em uma determinada situação visando modificar aspectos da mesma, ou a realidade em si. No entanto, essa ação deve ser pautada pelo conhecimento da realidade que perpassa o objeto de intervenção profissional. De acordo com Fraga (2010) é necessário que o profissional assuma uma atitude investigativa, a qual consiste numa postura inquieta e curiosa para apreender e entender o inesperado, o acaso, o que extrapola suas referências e o leva a ir além. “A ausência dessa postura pode levar à cristalização das informações, à estagnação do aprendizado profissional, o que, conseqüentemente, comprometerá o compromisso do assistente social com a qualidade dos serviços prestados à população usuária. (FRAGA, 2010, p.52).

É a partir desse entendimento que este trabalho de conclusão de curso busca evidenciar a importância da dimensão investigativa da prática profissional do assistente social. Compreendendo que o conhecimento clareia a condução do trabalho, possibilita ao profissional pensar em formas de intervir nas diversas situações que são postas no cotidiano profissional. Situações que se constituem em particularidades diante do contexto social, as quais não estão “soltas” na realidade, e nem são dadas de forma imediata.

Nesse contexto Battini (2009) salienta que no debate acerca da atitude investigativa na prática profissional do assistente social são colocados os seguintes questionamentos: o assistente social que não desenvolve ação profissional instrumentalizada na ação investigativa nada faz? Trabalha errado? Nesse sentido ela esclarece:

Não. Porém, parece-nos que a prática não sustentada pela atitude investigativa tem seu alcance de pensar/agir limitado. No seu processo transparece o risco da atuação na imediatidade dos fatos, com menores possibilidades de reconstrução de categorias que informam a intervenção profissional. Nesse sentido, a tendência é o assistente social confirmar a prática construída, sem criar condições para uma nova apreensão/ação sobre o objeto profissional. Partindo do aparente, intervém nele sem a consciência dos nexos e interconexões presentes no seu agir. Então a sua prática dificilmente vai além do limite dado, traduzindo-se como ratificadora e confirmativa do vigente. (BATTINI, 2009, p.73)

Portanto, a dimensão investigativa é concebida enquanto elemento constitutivo e constituinte da prática profissional do assistente social. Entende-se que a investigação pressupõe a busca pelo conhecimento. Como para intervir é necessário conhecer, o profissional deve se apoiar em um referencial teórico-crítico que lhe dê subsídios para compreender o significado da profissão na sociedade capitalista, seus fundamentos, modos de ser e de se reproduzir; apreender a suas reais condições de trabalho, enquanto “trabalhador assalariado, que depende da venda de sua força de trabalho especializada” (IAMAMOTO, 2012, p.172) bem como, perceber as consequências que a exploração da força de trabalho no capitalismo causa na vida da classe trabalhadora e portanto dentro das suas próprias condições de trabalho. São justamente as decorrências da relação de exploração de uma classe sobre a outra, que se constituem objeto da intervenção profissional. Conforme Guerra(2009),

ao assistente social, no âmbito da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, cabe captar como as diversas expressões da questão social se particularizam em cada espaço sócio-ocupacional e chegam como demandas que dependem de sua intervenção profissional. Assim, entendemos que a clareza acerca de como concebemos a “questão social”, ou seja, a partir de que pressupostos teóricos; a percepção que temos de suas expressões, tais como: desemprego, fome, doenças, violência, falta de acesso aos bens e serviços sociais (moradia, creches, escolas, hospitais, etc.), bem como dos valores que orientam tais concepções, são mediações

que incidem sobre os meios e modos de responder às demandas profissionais. (GUERRA, 2009, p.704)

Além da clareza na compreensão do significado da profissão e da raiz das expressões da questão social que chegam como demanda, é necessário que o assistente social possua um profundo conhecimento do espaço sócio-ocupacional o qual está inserido, tendo clareza da sua função dentro da lógica institucional. É importante que o profissional desenvolva a sua atuação com base nas atribuições, competências e princípios estabelecidos pela Lei de Regulamentação da Profissão e pelo Código de Ética profissional.

O profissional do Serviço Social deve ter a capacidade/ habilidade de articular as três dimensões da prática profissional: a teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, para dar respostas mais eficazes, em seu campo de atuação profissional. “Essa capacidade se constitui na instrumentalidade do Serviço social, concebida enquanto mediação³⁵ que permite a passagem das ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente”. (GUERRA, 2000, p.12)

A relação dialética entre investigação e intervenção, preconizada pelas Diretrizes curriculares, pressupõe que a intervenção está condicionada ao conhecimento. Portanto, o conhecimento da realidade social se constitui como um meio de trabalho sem o qual o assistente social não consegue desenvolver sua prática profissional de forma qualificada (Iamamoto, 2012). No entanto, a realidade nos é apresentada como uma “caixinha de surpresa”, nem tudo que nos aparece é verdade é preciso desvelar a essência do objeto.

Nesse sentido, para que a intervenção profissional não se resuma em mera execução baseada em uma visão fatalista da sociedade, como se a realidade estivesse dada de modo definitivo, é imprescindível que o profissional busque a essência dos fenômenos, ultrapassando os limites da aparência e da pseudoconcreticidade. Segundo Kosik (2010) o mundo da pseudoconcreticidade é

³⁵ Segundo Martinelli (1993, p.136 apud PIANA, 2009, p. 143), mediações são categorias instrumentais pelas quais se processa a operacionalização da ação profissional. Expressam-se pelo conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias e pelas quais a ação profissional ganha operacionalidade e concretude. São instâncias de passagem da teoria para a prática, são vias de penetração nas tramas constitutivas do real.

um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido, a ele pertencem:

O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; O mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da práxis fetichizada dos homens (a qual não coincide com a práxis crítica revolucionária da humanidade); o mundo das representações comuns, [...]; o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultado da atividade social dos homens. (KOSIK, 2010, p. 11)

De acordo com Kosik (2010) para superar a pseudoconcreticidade é preciso ultrapassar o imediato, ir além da aparência do fenômeno para se aproximar da essência. A destruição da pseudoconcreticidade é o processo de criação da realidade concreta. “O concreto é aquilo que se quer alcançar, que se quer compreender, portanto, ele é o resultado a que se quer chegar”(SANTOS, 2010, p.20) Nesse aspecto Guerra(2009) salienta que,

antes de iniciarmos qualquer investigação, deve-se ter a convicção de que existe algo a mais a ser conhecido, que não é dado na aparência, na representação imediata da realidade. Há algo que explica a realidade, sua lógica imanente, que não se apresenta na sua forma de manifestação. A parte conhecida não representa o todo nem se mostra de imediato, de modo que as representações que daí derivam devem ser negadas e analisadas à luz de um conhecimento superior (teórico), agora, enriquecidas pelas mediações apreendidas no processo. (GUERRA, 2009, p.708)

Guerra (2009 p.706) esclarece que o conhecimento se dá em vários graus e níveis como: o conhecimento oriundo da intuição, o qual está relacionado ao senso comum e estabelece “ a máxima de que só se aprende a fazer fazendo”. Nesse nível a existência da demanda é conhecida pelo profissional o qual reconhece que deve ser feito algo para que ela seja “sanada”; O conhecimento gerado pelo entendimento, isto é, “proveniente do intelecto (formal – abstrato)” possibilita a distinção das coisas, sua determinação, classificação a partir de sua aparência, ou seja, expressa “a realidade tal como ela aparece empiricamente”. Assim, nesse nível, há um maior entendimento acerca da demanda e dos serviços prestados, no entanto eles não são postos em contradição, não há um questionamento por parte do profissional acerca da forma como ela está sendo tratada, e a efetividade dos

serviços; e por fim, temos o mais alto nível do conhecimento, o conhecimento originado da razão crítico- dialética a qual capta a constituição e o movimento do objeto, que “vai além da apreensão imediata”. Este grau é alcançado quando o profissional se apropria de um maior rigor teórico apoiado pela teoria social crítica de Marx, a qual oferece subsídios para que ele possa captar o movimento da realidade e compreenda o que está por trás dos problemas sociais que chegam como demandas em seu âmbito de atuação.

Quando o profissional atinge o mais alto nível do conhecimento ele deixa de ser um mero executor de políticas públicas, as demandas e a prática profissional são postas em contradição, são questionadas e negadas, aqui o assistente social possui condições para ser um profissional criativo e propositivo.

Embora o conhecimento se apresente em diferentes níveis é importante destacar a sua complementaridade, pois ele pode partir sim do senso comum, mas não se limitar a ele, precisa ir além da aparência, da imediaticidade, até mesmo do entendimento de uma realidade, uma vez que esta é dialética e , portanto, está sempre em movimento, em processo de transformação. Desse modo, para a criação de respostas qualificadas às demandas apresentadas, o profissional deve pautar sua ação inspirada pela razão crítico- dialética que não se prende no singular, mas que se amplia para o universal, compreendendo-a numa perspectiva de totalidade.

O Assistente social deve sempre questionar o “porquê”, e analisar as contradições, as negações existentes naquela realidade. Bourguignon(2007) assinala que,

faz parte da natureza humana perguntar pelo desconhecido para, através das possibilidades de respostas, atender às necessidades do homem em suas dimensões individual e coletiva, produzindo e reproduzindo sua própria existência, não de forma mecânica, mas de forma complexa, processual, contraditória e histórica.(BOURGUIGNON, 2007, p.49)

Dessa forma, a atitude investigativa do assistente social é uma postura que faz parte do processo de trabalho desse profissional uma vez que, pressupõe entender o papel da profissão, bem como a sua função dentro da lógica institucional; atualizar-se frente às transformações social, política e econômica, especificamente no que diz respeito à sua área de atuação profissional; conhecer os instrumentais

técnico-operativos; apropriar-se da legislação específica da profissão, principalmente as voltadas à sua área de atuação; compreender a importância dos demais profissionais inseridos em seu espaço sócio-ocupacional, numa perspectiva de realizar um trabalho interdisciplinar e conhecer a rede socio-assistencial.

Outro componente importante do trabalho do assistente social é a sistematização da sua prática, entendendo-a como todo o processo de organização teórico-metodológico e técnico-operativo da ação profissional. Ela constitui uma fase de extrema importância para as elaborações e publicações teóricas do Serviço Social, quando apoiada por uma teoria social crítica. Nesse sentido, Almeida(2006) expõe aspectos de significativa relevância em relação a esse processo, dentre eles, a sua contribuição nos processos de conquista de uma maior autonomia do Serviço Social no âmbito dos estabelecimentos onde atua. Portanto, a sistematização da prática “ não só auxilia o próprio reconhecimento pelo Serviço Social dos limites, dos avanços e da contribuição efetiva de sua atuação, como pode se tornar um componente importante de sua visibilidade Social e institucional” (ALMEIDA, 2006, p.05)

Guerra (2009) compreende que para o Serviço social o processo de sistematização da prática profissional permite:

identificar e problematizar as condições do exercício profissional, os fenômenos existentes, selecioná-los e classificá-los, identificar suas características, as dificuldades, lacunas, a necessidade de aprofundamento teórico para melhor compreendê-los e a da adoção de determinado referencial-teórico que permita interpretá-los. (GUERRA, 2009, p. 708)

Diante do exposto, é possível compreender a sistematização da prática profissional, enquanto um componente de suma importância para o trabalho do assistente social, pois o auxilia na identificação dos limites, desafios e possibilidades das demandas sócio-institucionais que lhe são colocadas a partir das contradições da realidade social, constituindo-se assim um processo de trabalho necessário

A sistematização é uma espécie de recurso que permite efetivar a compreensão das relações sociais e do movimento da realidade, além de possibilitar a proposição de alternativas profissionais. Logo, a sistematização da prática não

significa apenas a elaboração de dados e informações burocráticas, mas é um processo que contribui ativamente para a construção de uma postura crítica e investigativa do assistente social em sua intervenção profissional.

Este trabalho se propõe a discutir a atitude investigativa do assistente social no campo da educação, por se tratar de um campo considerado novo para a atuação do assistente social, tomaremos por base o debate sobre os subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação, o qual traz uma importante contribuição para nortear a prática profissional nessa área. Nesse sentido o próximo tópico trará as principais discussões acerca do Serviço social na educação presentes no documento apresentado pelo conjunto das entidades representativas do Serviço social- CFESS-CRESS.

3.3 O Serviço Social na educação: notas sobre os subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.

Neste espaço será apresentada as principais ideias presentes no documento “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” apresentado pelo conjunto CFESS-CRESS o qual, foi produzido a partir do acúmulo teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político da categoria profissional, construído, em especial, nas duas últimas décadas da trajetória do Serviço Social na Política de Educação. Esse documento está estruturado com a perspectiva de afirmação da concepção de educação que deve orientar a atuação profissional; das competências e atribuições do/a assistente social; bem como das dimensões, particularidades e estratégias para a inserção, atuação e consolidação do exercício profissional no âmbito da educação em consonância com o projeto ético-político e profissional do Serviço Social.

Antes de adentrar a especificidade desse documento é importante sinalizar que em 2001 o conjunto CFESS-CRESS elaborou uma cartilha com a finalidade de contribuir com o processo de discussão acerca da presença do Serviço Social na educação e para o aprofundamento da reflexão sobre uma concepção de educação coerente com o projeto ético-político profissional. A partir desse documento muito se

avançou para o debate do Serviço Social na educação. Durante esse mesmo ano, no âmbito do 30º Encontro Nacional, houve proposições para esta área que resultaram na constituição de um Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Esse grupo construiu a brochura intitulada “Serviço Social na Educação”, que problematizou a educação como direito social, a função social da escola e a importância do Serviço Social nas escolas e na educação como um todo (CFESS, 2012).

A partir dessa última década, mais precisamente no período 2008-2011, reestruturou-se o Grupo de Trabalho do Serviço Social na Educação, que se reuniu regularmente para materializar as deliberações do Conjunto sobre o referido tema, o que resultou na elaboração do documento “Subsídios para a atuação de assistentes Sociais na Política de Educação”. Segundo o CFESS, essa produção não inaugura a discussão sobre o assunto, mas contém avanços significativos para o debate, visto que o documento traz um levantamento de experiências em diferentes modalidades na área da educação, em que assistentes sociais são inseridos, através da pesquisa de campo realizadas nas cinco regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste); apresenta uma análise sobre produções teóricas; disponibiliza orientações, como sugestão de conteúdo para proposições de projetos de lei sobre a inserção do Serviço Social na área; aponta as reflexões teóricas e políticas que permearam a constituição de GTs do Conjunto CFESS-CRESS sobre o Serviço Social na Educação e efetua um levantamento do histórico debate do Serviço Social na educação, indicando os encontros nacionais do Conjunto CFESS/CRESS. Sem dúvida esse documento constitui um avanço para o Serviço Social na área da educação.

O documento CFESS-CRESS, 2011 traz um breve resgate da inserção do assistente social na política de educação, nesse sentido, ratifica que embora muitos tendam a afirmar que se trata de um debate ou de um campo novo, a vinculação do Serviço Social com a Política de Educação vem sendo forjada desde os primórdios da profissão como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora. A partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise.

Nesses termos Almeida (2011) sinaliza que a presença do assistente social na área da educação remonta à década de 1930, portanto, desde a origem dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão. No entanto, é a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento do Serviço Social na área da educação.

É preciso considerar que as demandas apresentadas aos assistentes sociais em relação à educação nunca estiveram limitadas a uma inserção restrita aos estabelecimentos educacionais tradicionais, sendo acionadas também a partir das instituições do poder judiciário, das empresas, das instituições de qualificação da força de trabalho juvenil e adulta, pelos movimentos sociais, entre outras, envolvendo tanto o campo da educação formal como as práticas no campo da educação popular.

É importante considerar ainda que esse documento traz subsídios para a atuação de assistentes sociais inseridos em todos os níveis e modalidades de ensino, entendendo a necessidade da ampliação da concepção de “Serviço Social Escolar” para “Serviço Social na Educação” . Nessa perspectiva, Almeida(2003) salienta que o espaço escolar é apenas umas das imensas possibilidades de atuação do assistente social na área educacional. Talvez pelo fato de que a escola seja vista como o símbolo mais completo da educação, ela é privilegiada como locus de atuação dos assistentes sociais, isso conduz a uma leitura reducionista e equivocada da política educacional, das atividades profissionais e do mercado de trabalho. Por tanto, é importante destacar que a política educacional se estrutura em áreas como a de educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação de jovens e adultos, educação superior entre outras. Ou seja, da Creche à Universidade, e em todas elas existem assistentes sociais atuando sendo que em muitas, já há algumas décadas.

A constituição do Brasil de 1988 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996 declaram a Educação como direito de todos. Dessa forma, ela está situada no campo dos direitos humanos e sociais, de caráter universal. A universalização do acesso à educação se traduz em um princípio que ultrapassa a compreensão seletiva e restrita de que as políticas sociais devem ser dirigidas a determinados

segmentos sociais, particularmente aos que delas necessitam, concebendo a política educacional enquanto política efetivamente pública. Portanto, cabe à política educacional enquanto política efetivamente pública colocá-la ao alcance de todos e ao assistente social, enquanto trabalhador que atuante nessa área, desenvolver a sua atuação pautada nesse princípio, da universalização, constante em nosso Código de Ética profissional.

É no contexto da garantia do acesso e permanência na educação que se dá a ampliação da requisição pela inserção de assistentes sociais nos estabelecimentos que implementam a Política de Educação, para operarem diretamente com as “políticas”, programas e projetos no campo da assistência estudantil e das ações afirmativas, na esfera pública, e de organização e execução das “políticas”, programas e projetos de concessão de bolsas, na esfera privada empresarial e filantrópica.

Essa perspectiva de atuação, voltada para a garantia do acesso e da permanência nos espaços de educação formal pode ser evidenciada no trabalho da maioria das assistentes sociais entrevistadas, a partir da pesquisa de campo. As quais deixaram claro que as ações ligadas à concessão de bolsas de estudo e auxílios permanência se constitui enquanto principais atividades a que foram requisitadas à realizar na instituição em que trabalham.

O documento deixa explícito que ao atuar na efetivação da política de acesso e permanência na educação o assistente social não deve ficar preso apenas aos discursos que sustentam os diferentes programas, projetos e ações e de suas vinculações ideológicas aos projetos educacionais em disputa na sociedade. Deve interrogar-se acerca do alcance e condições desse acesso e permanência, bem como analisar se de fato os programas, projetos e serviços disponibilizados, se encaixam com a realidade a serem inseridos. Ou seja, questionar se estão atendendo às demandas reais do usuário ou estão apenas cobrindo “superficialmente” algumas necessidades.

Dentro dessa perspectiva, a postura investigativa do assistente social ganha destaque, uma vez que o profissional requisitado a trabalhar com tal política deve ter conhecimento da totalidade que a envolve. Conhecer os seus elementos constitutivos, o público usuário, bem como conhecer a realidade que perpassa a vida desses usuários a fim de conhecer não apenas as demandas que são reveladas

mas as que estão ocultas e que também recaem no universo da educação. Apenas o conhecimento pode possibilitar ao profissional questionar a forma de implementação das políticas, seu grau de abrangência e efetividade. Dando subsídios para a criação de estratégias que possa garantir o acesso de quem delas necessita.

Além da dimensão estratégica das ações voltadas para a garantia do acesso e da permanência nos espaços de educação formal, o documento também traz outras dimensões que particularizam a inserção do assistente social na Política de Educação, tais como: a atuação direcionada para a garantia da gestão democrática e da educação de qualidade.

A atuação profissional voltada para a garantia da gestão democrática da escola e dos demais estabelecimentos que constitui a estrutura organizacional da Política de Educação, impõe ao assistente social assumir os valores éticos e políticos que orientam o projeto profissional do Serviço social. Nessa direção, cabe aqui um posicionamento profissional que incentive e instrumentalize a participação e tomada de decisões dos estudantes, pais, professores e da comunidade, nos processos de gestão da educação.

Outra dimensão que tem caracterizado a inserção e a atuação profissional na política de educação tem sido aquela voltada para a garantia da qualidade da educação. Para atuar nessa direção é importante que o profissional tenha uma concepção de educação que esteja de acordo com o projeto ético-político profissional. A qual não se dissocia das estratégias de luta pela ampliação e defesa dos direitos sociais e humanos. Uma educação emancipadora, no sentido de preparar os indivíduos para viver em sociedade repetindo as diversidades, considerando a livre orientação e expressão sexual e a livre identidade de gênero. Portanto, uma educação não sexista, não racista, não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica

Outro quesito importante que influencia na qualidade dos serviços prestados, ou seja, com a qualidade da educação é o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar e em rede. Pois, a qualidade da educação a ser assegurada, em consonância com o projeto ético-político profissional do serviço social, não se alcança como resultado da ação de um único profissional.

Quanto a esse aspecto, foi possível observar na pesquisa de campo realizada junto às assistentes sociais que as possibilidades de realização do trabalho interdisciplinar não é uma realidade presente em todos os campos de atuação profissional. O que se constitui em um dos desafios colocados pelas profissionais entrevistadas.

Além das dimensões que particularizam a inserção do assistente social na educação, o documento traz ainda outras dimensões que fazem parte do conjunto das competências específicas dos assistente na Política de Educação. A primeira dimensão das ações específicas que o documento traz são as abordagens individuais e junto às famílias dos estudantes e/ ou trabalhadores e trabalhadoras da Política de Educação. Sendo elas, bastante necessárias e estratégicas ao trabalho profissional, visto que delas dependem muito da capacidade de enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação, como também de sua maior visibilidade no âmbito da política educacional, mas não devem constituir na única modalidade de intervenção profissional.

Outra dimensão importante é a de intervenção coletiva junto aos movimentos sociais como condição fundamental de constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos frente aos processos de ampliação dos direitos sociais e, em particular, do direito a uma educação pública, laica e de qualidade, a partir dos interesses da classe trabalhadora.

Traz também, a dimensão investigativa destacando que ela deve ser associada às demais dimensões. A qual contribui para a compreensão das condições de vida, de trabalho e de educação da população com a qual atua e requer a adoção de procedimentos sistemáticos de apreensão da realidade social, para além da empiria e de sua aparência. Quanto a esse aspecto salienta que,

muito embora as principais requisições na Política de Educação recaiam sobre a realização dos estudos socioeconômicos vinculados às políticas de assistência estudantil, concessão de bolsas e definição das condições de acesso a determinados estabelecimentos educacionais, essa dimensão do trabalho profissional não deve se restringir nem a esta demanda nem tampouco aos procedimentos já institucionalizados. Trata-se de uma dimensão fundamental para a análise da Política de Educação em sentido mais amplo que apenas o da verificação do alcance das metas relativas ao

acesso e à permanência, contribuindo para a definição de novas estratégias de ação profissional e dos sujeitos singulares e coletivos, a partir do desvelamento de como a Política de Educação se inscreve nos processos de reprodução das desigualdades sociais.

Destaca ainda, como um dos elementos que justificam a inserção desse profissional na dinâmica de funcionamento dos estabelecimentos educacionais, assim como em instâncias de gestão e/ou coordenação nas esferas locais. A dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, e das legislações. Possibilitando aos sujeitos o conhecimento de seus direitos.

Essa perspectiva de atuação foi apontada na pesquisa de campo por uma das assistentes sociais entrevistadas, a qual demonstrou em seu discurso uma importante preocupação no que concerne à transmissão das informações aos usuários dos seus serviços. Destacando que promove fóruns de discussões e que, em todos eles, ela procura esclarecer aos usuários o papel do Serviço Social na instituição, bem como os direitos que a eles pertencem.

A partir do documento ora apresentado, é possível perceber que atuação do assistente social no âmbito educacional possui diversos desafios, dentre os quais está o de construir uma intervenção qualificada a partir de um dos princípios presentes no Código de ética profissional de 1993 o “posicionamento em favor da equidade e da justiça, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”.

Ao analisarmos o processo histórico da política educacional percebemos que ela sempre esteve a serviço da classe dominante, sofrendo as transformações exigidas pelo capital. Na atual conjuntura brasileira é relevante considerar que atuação do assistente social nesta política, apesar de ser direcionada às classes subalternas, atende, em sua maioria, as determinações capitalistas. Nesse sentido, um dos nossos principais objetivos é construir uma ação profissional que ultrapasse as requisições do mercado e nos coloque num patamar diferenciado de diálogo com os sujeitos políticos e com outros profissionais que compõem a classe trabalhadora.

Diante do exposto, é possível compreender que o assistente social dispõe de subsídios para a sua atuação no âmbito educacional, que estão em consonância com os princípios do projeto ético-político do Serviço social. Na perspectiva de uma

intervenção comprometida com a construção de uma educação emancipadora dos sujeitos. Para isso, é fundamental que o assistente social articule as dimensões constitutivas da prática profissional, associando as capacidades teóricas, ética, política e técnica na condução das ações de sua competência profissional.

Dentro dessa perspectiva, é de suma importância a articulação do assistente social com os demais profissionais da educação, bem como de outras instâncias. Pois, o projeto ético político da profissão coloca como meta, na condução das ações profissionais, a articulação com os demais profissionais que atuam no âmbito das políticas sociais. Uma vez que, ao atuar nas expressões da questão social, as quais se manifestam de várias maneiras, a possibilidade de obtenção de novos saberes, através do trabalho interdisciplinar, poderá contribuir para ações mais eficazes.

No próximo capítulo será apresentado os resultados da pesquisa de campo, de cunho qualitativo, realizada junto a assistente sociais que atuam na área da educação. O qual trará o percurso metodológico realizado para o alcance dos objetivos propostos nesse trabalho, bem como a análise de discurso obtido a partir da entrevista semi-estruturada.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE DA PESQUISA REALIZADA JUNTO A ASSISTENTES SOCIAIS ATUANTES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

4.1 Percurso metodológico

A presente pesquisa cujo título é: “ A importância da dimensão investigativa da prática profissional do assistente na educação” tem como objetivo geral perceber a dimensão investigativa da prática profissional do assistente social na educação. Para tanto propõe como objetivos específicos apresentar um breve percurso histórico da política de Educação no Brasil; compreender a importância da dimensão investigativa da prática profissional do assistente social e apresentar os resultados da pesquisa de campo realizada junto à assistentes sociais atuantes na área da educação.

Para o alcance dos objetivos deste trabalho, foi traçado um caminho metodológico que iniciou-se com a pesquisa bibliográfica, visando identificar os estudos existentes relacionados às principais categorias: dimensões da prática profissional e Serviço social na educação. Conforme Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é constituída principalmente de livros e artigos científicos, sua principal vantagem é possibilitar ao investigador a cobertura de uma gama de acontecimentos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

A forma de abordagem do problema se dá a partir da pesquisa qualitativa, a qual considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Segundo Minayo(2009, p.21)

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode e não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes

A coleta de dados deu-se através da técnica da entrevista semi-estruturada, a qual segundo Triviños (2008), parte de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessa à pesquisa. Esta técnica possibilita o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, o que proporciona o surgimento de novos questionamentos, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do entrevistado. Esta técnica possibilita uma maior flexibilidade no processo de análise do objeto pesquisado. Sendo escolhida, principalmente, pelo seu amplo sentido de comunicação verbal, permitindo maior liberdade ao pesquisador.

Inicialmente as entrevistas seriam realizadas com assistentes sociais de diferentes modalidades de ensino, que estivessem presentes no curso de Serviço social na educação organizado pelo GTSSSEDU, na cidade de Feira de Santana BA . O curso estava previsto para acontecer no de 18 de março de 2015. Entretanto, foi adiado, sem data prevista para a sua realização.

Nosso critério era entrevistar profissionais que pudessem abarcar a diversidade de modalidades de ensino. No entanto, encontramos muitas dificuldades para atender esse objetivo. Alguns profissionais em que entramos em contato não estavam mais atuando nessa área pois, perderam o contrato e não foram substituídos, desse modo, nos campos em que trabalhavam ainda não tem nenhum assistente social atuando.

Além dos frágeis vínculos empregatícios, outro elemento que dificultou a abrangência de um maior quantitativo de profissionais a serem entrevistados foi a falta de tempo de alguns para a realização da entrevista e outros profissionais alegaram estarem sobrecarregados de atividades e dessa forma, não poderiam colaborar com a pesquisa.

Dessa maneira, as entrevistas foram realizadas com três assistentes sociais³⁶ atuantes na área da educação do Recôncavo da Bahia, abrangendo os seguintes níveis da educação: educação infantil (creche), educação especial, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e tecnológica e educação

³⁶ Cabe ressaltar que o quantitativo de três profissionais não se constitui enquanto critério para a realização das entrevistas. Diante das dificuldades encontradas para a concretização da pesquisa de campo, as quais já foram relatadas, esse foi o maior número de profissionais que conseguimos para a realização das entrevistas.

superior. Dessa forma conseguimos atender o principal critério adotado que foi a diversidade na modalidade de ensino.

As entrevistas ocorreram nos dias 14, 15 e 17 de abril de 2015 nos períodos da manhã e tarde. Ocorreram nos campos de atuação profissional das entrevistadas. É importante destacar que todos os sujeitos da pesquisa são do sexo feminino, o que se caracteriza enquanto característica marcante na profissão.

As dezoito perguntas que compõe o roteiro da entrevista foram elaboradas com o intuito de perceber aspectos da prática profissional relacionadas às suas três dimensões. Dessa forma, para a elaboração dessas perguntas foi tomado como eixos norteadores as três dimensões da prática profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as quais dispõem de elementos essenciais para a condução do trabalho do assistente social.

4.2. Análise dos resultados da pesquisa

Neste espaço, será apresentada a análise dos resultados da pesquisa de campo realizada junto a assistentes sociais que atuam na área da educação. Para tanto utiliza-se a técnica de análise de conteúdo a qual, segundo Bardin (apud Triviños, 2008 p.160), “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos, e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção”. Nesse sentido, Minayo (2008, p.84) esclarece que essa técnica nos permite caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado.

A análise de dados se deu a partir da associação entre as falas das entrevistadas e o conteúdo do referencial teórico da pesquisa. Dessa forma, as falas foram transcritas de modo a desconsiderar as pausas e ruídos “intranscrevíveis” o que não provocou nenhuma alteração de sentido no que foi falado pelas profissionais.

4.2.1 Perfil das entrevistadas

Para a análise do perfil dos sujeitos entrevistados foram realizadas perguntas do tipo: Sexo, idade, instituição onde cursou a graduação, se possui alguma pós-graduação, tempo de formação profissional, tempo de atuação profissional na área da educação, setor em que atua e nível de escolaridade. Segue abaixo uma tabela que traz alguns aspectos do perfil das assistentes sociais entrevistadas, para melhor visualização.

Tabela 01: Perfil das Assistentes sociais entrevistadas

Sexo	Idade	Instituição de formação	Titulação atual	Tempo de formação	Tempo de atuação na educação	Níveis de escolaridade abrangida pelo trabalho profissional
Feminino	25	UFRB	Graduação	4 meses	4 meses	Ensino fundamental(I e II) médio e superior
Feminino	25	UFRB	Graduação	1 ano e 4 meses	1 ano e 3 meses	Creche, ensino fundamental (I e II)
Feminino	47	UCSAL	Doutoranda	21 anos	5 anos	Médio integral e pós-médio (técnico subsequente)

Verifica-se que os sujeitos entrevistados são predominantemente do sexo feminino, o que evidencia uma tendência histórica no Serviço Social. Tal evidência se revelou em pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (2005) sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil, a qual revela um total de 97% de profissionais do sexo feminino e apenas 3% do sexo masculino. A condição feminina é um dos selos da identidade desse profissional, o que não implica desconhecer o contingente masculino de assistentes sociais, com representação nitidamente minoritária no conjunto da categoria profissional no país.(IAMAMOTO, 2012, p.104)

É possível perceber que duas das assistentes sociais entrevistadas ingressaram ao mercado de trabalho logo após concluírem a graduação e estão atuando há pouco tempo. Sendo que a área da educação se constitui o primeiro

campo de atuação delas. Percebe-se ainda que apenas uma das entrevistadas possui pós-graduação, estando em processo de doutorado. No entanto, sua linha de pesquisa não pertence à área da educação.

Com a finalidade de preservar a identidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa, não será revelado o setor em que as assistentes sociais atuam, foi situado na pesquisa apenas à nível de conhecimento da pesquisadora. Convém salientar ainda, que os nomes que serão utilizados no decorrer do processo de análise serão pseudônimos como: Ana, Rosa e Lara.

4.2.2 Análise das entrevistas

A partir dos conteúdos expressos nesse trabalho, é possível compreender que para conduzir uma prática profissional comprometida com a qualidade dos serviços prestados, o assistente social deve desenvolver uma postura investigativa. A qual pressupõe, dentre um arsenal de conhecimentos: entender o papel da profissão, bem como a sua função dentro da lógica institucional; conhecer a natureza das expressões da questão social que são transformadas em demandas; bem como atualizar-se frente às transformações social, política e econômica, especificamente no que diz respeito à sua área de atuação profissional.

A atitude investigativa pressupõe ainda: buscar conhecer os instrumentos técnico-operativos; apropriar-se da legislação específica da profissão, principalmente as voltadas à sua área de atuação; compreender a importância dos demais profissionais inseridos em seu espaço sócio-ocupacional, numa perspectiva de realizar um trabalho interdisciplinar bem como, conhecer a rede socio-assistencial. Essas observações serviram para nortear elaboração das perguntas da entrevista que será analisada nesse espaço.

A análise das entrevistas revela que todos os sujeitos entrevistados possuem uma concepção ampliada acerca da educação, entendendo que ela não está restrita ao espaço escolar/acadêmico, mas também abrange outros espaços da vida social. É possível perceber ainda, uma concepção mais ligada ao aprendizado, ao desenvolvimento das competências e habilidades práticas do indivíduo.

“ Eu concebo a educação como um processo de aprendizagem do indivíduo que envolve não só as experiências relacionadas a uma instituição acadêmica, mas também às experiências do cotidiano familiar”. (Ana)

“Eu parto do princípio de que a educação não tem que partir somente do ensino na escola, todos os ambientes em que estamos inseridos tem que ter essa concepção de educar. Por exemplo, eu faço muitas reuniões com os pais chamando eles para educar, alertando-os que a educação não está restrita ao espaço escolar, tem que trazer pra família também. Entendo que todos os tipos de aprendizagem engloba o conceito de educação, não apenas aqueles restritos ao pedagógico. Um outro exemplo: na educação especial temos um aluno que tinha uma limitação pra comer de colher, ele não sabia. E aí, aos poucos, fomos ensinando e hoje ele já consegue comer sozinho. Então, pra mim, isso também é educação. A gente tem que enxergar a educação de uma maneira ampla”. (Rosa)

Eu como assistente social não concebo a educação no sentido restrito as quatro paredes da sala de aula, restrita e limitada a conteúdos programáticos. Eu vejo educação no sentido amplo, extra-muros, para que você veja as questões que estão ao seu entorno no seu cotidiano(...). (Lara)

Gramsci (apud MARTINS, 2007) acreditava que a educação deveria ser conduzida, com o intuito de fornecer meios para a reflexão crítica do indivíduo a respeito das forças sociais que o envolvem. Portanto, cabendo a ela a função de instrumentalizar o indivíduo para o exercício de sua cidadania, capacitando-o para entender-se, não como espectador ou objeto de manipulação, mas como partícipe dos fenômenos sociais e com poder de deliberar sobre eles.

O documento “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação (CEFESS-CRESS, 2011) traz uma concepção de educação que deve orientar a dimensão pedagógica do trabalho do Serviço Social de acordo com o projeto ético-político profissional a qual não se dissocia das estratégias de luta pela ampliação e defesa dos direitos sociais e humanos. Uma educação emancipadora, no sentido de preparar os indivíduos para viver em sociedade em respeito as diversidades, considerando a livre orientação e expressão sexual, livre identidade de gênero. Portanto, uma educação não sexista, não racista, não homofóbica/lesbofóbica/ transfóbica. A concepção de educação que mais se aproxima da visão gramsciana e da concepção expressa nos “subsídios” pode ser evidenciada nas fala que segue.

(...) eu acredito que a educação deve ser desenvolvida na perspectiva de construir e ampliar a cidadania, formar cidadãos e cidadãs conscientes de seus direitos e deveres na sociedade, formar a consciência crítica dos alunos. Então, dentro de uma instituição de ensino tem que caber todo e qualquer tipo de discussão principalmente as discussões que estão permeando o dia a dia dos estudantes. Por exemplo: A escola omite falar da homofobia, omite falar da questão da homossexualidade como um todo, da sexualidade, de drogas por uma outra vertente e não busca saber dos estudantes o que realmente eles querem saber, qual é o debate que eles querem trazer pra dentro da sala de aula. E como assistente social, para colocar esse discurso em prática, eu procurei trazer diversos trabalhos que eu idealizei, que trabalham diversos segmentos sociais, trabalha a questão de raça, da discriminação racial, a questão de gênero, a violência contra a mulher. Então eu sempre busquei fomentar questões que vão além do conteúdo pedagógico. Então pra mim, a educação é uma ação contínua onde você vai além da questão pedagógica conteudista. (Lara)

O documento CFESS-CRESS 2011, elucida a dimensão crítica e teórica que caracteriza o exercício profissional no Serviço Social hoje. Desse modo, ratifica a necessidade de o profissional trazer em sua bagagem profissional a reflexão acerca dos processos de desvelamento da realidade social, a apreensão de suas contradições, das determinações que a dinâmica da produção e da reprodução social produzem sobre as configurações das políticas sociais e das particularidades da relação entre o Estado e a sociedade, possibilitando a reflexão sobre as condições institucionais em que o trabalho do assistente social se realiza.

Nessa perspectiva, esse documento traz alguns elementos decisivos para a organização e condução do trabalho do assistente social na educação como:

- a compreensão do significado da política educacional nos processos de reprodução social, em particular no tocante aos mecanismos de qualificação e desqualificação da força de trabalho e de disputa pela hegemonia;
- o significado estratégico que a política de educação possui em relação às condições de produção de uma visão autônoma da classe trabalhadora, afirmando a perspectiva de construção de uma educação emancipadora de um sujeito político concreto, real e histórico;
- a identificação dos principais sujeitos políticos e de seus respectivos projetos educacionais em disputa na sociedade, assim como suas expressões no âmbito das principais legislações do campo educacional;

- o reconhecimento das particularidades da política educacional em função de sua estruturação dos planos federal, estaduais e municipais;
- a apreensão das tendências que hoje se afirmam nas instâncias de controle social da área de educação;
- o reconhecimento dos diferentes intelectuais coletivos e dos consensos que produzem para a área de educação;
- a apropriação e o aprofundamento das produções teóricas sobre a realidade educacional brasileira;
- as particularidades da política educacional como política de âmbito universal e de oferta contínua, estruturada em níveis e modalidades que ainda carecem de maior organicidade;
- a construção de um projeto de intervenção que atualize o progressivo confronto teórico com a realidade

Nesse sentido, evidencia-se a importância do conhecimento enquanto “meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado” (IAMAMOTO,2012,p.) Nesse aspecto, Guerra(2009) esclarece que o conhecimento proveniente da intuição, do senso comum e decorrente da prática, também é um tipo de conhecimento. No entanto, ele só possibilita conhecer o aparente, o imediato. “ Se o conhecimento não ultrapassa o nível da intuição e da experiência, a realidade pode parecer mistificada. Só não o será quando for captada e reproduzida pelo pensamento crítico dialético”. (GUERRA, 2009.p 96-97)

Tal conhecimento exige a adoção de um referencial teórico-metodológico que possa possibilitar ao profissional uma leitura crítica da realidade social, o conhecimento aprofundado das questões que particularizam a sua área de atuação e o conhecimento da natureza das demandas que dependem de sua intervenção profissional. Portanto,

É inegável que para a profissão, considerando o nível de complexidade dos fenômenos com os quais se defronta e o nível de complexidade que ela mesmo alcançou nas últimas décadas, é mister o conhecimento mais aproximativo possível da realidade social na qual atua, de maneira contínua, provisória, histórica, de modo que deve desenvolver sua dimensão teórico-metodológica. Esta dimensão, a nosso ver tem que se

constituir, cada vez mais, em uma requisição e exigência socioprofissional.(GUERRA, 2009, p.86)

No que tange às bases teóricas utilizadas para fundamentar o conhecimento das profissionais entrevistadas, a fala que segue remota a um problema existente no Serviço Social quanto à relação entre teoria e prática. Existe uma tendência a acreditar que teoria está mais ligada ao universo acadêmico se dissociando da prática desenvolvida no espaço de atuação profissional. Ou seja, que teoria é uma coisa e a prática é outra. Nesse sentido, a teoria no exercício profissional é descolada para segundo plano.

“Hoje em dia não tenho lido nada, não tenho tempo, aqui tem muita coisa pra eu dar conta. Mas na área da educação eu só realizei leituras quando estava na faculdade, em minha formação, até porque o meu trabalho de conclusão de curso foi na educação. Mas já li textos de Ney Teixeira e os subsídios para atuação do assistente social na educação”(Ana)

São muitos os assistentes sociais que em sua intervenção profissional “deixam de lado” o conhecimento teórico-crítico adquirido em sua formação profissional, e não tem o hábito de buscar novos conhecimentos, passando a nortear suas ações apenas e simplesmente pelas experiências vivenciadas no cotidiano profissional. Esse “abandono” ao conhecimento crítico e, portanto, a não utilização conjugada da teoria com a prática atribui consequências bastante negativas para a profissão. O profissional que acredita que a sua prática é suficiente para a efetivação das suas intervenções, contribui para o tratamento não adequado e naturalizado das expressões da questão social, além de oferecer respostas frágeis e insuficientes às demandas profissionais.

É importante salientar que não há aqui a mínima pretensão em atribuir à teoria o status de “varinha de condão” capaz de em um “passe de mágica” solucionar todos os problemas sociais decorrentes da forma de organização do sistema capitalista, como se a teoria fosse ainda, um manual puro e acabado pronto para ser aplicado na realidade. Torna-se necessário entendê-las enquanto dimensões complementares, numa relação possível e necessária entre pensar e agir.

Cabe destacar que muitos assistentes sociais, apoiados em uma teoria crítica, publicam produções científicas provenientes da sistematização da sua prática profissional. Essas produções teóricas são de extrema importância para a profissão pois, conforme Almeida (2006), contribuem no processo de conquista de uma maior autonomia do Serviço social no âmbito dos estabelecimentos onde atua. Portanto, a sistematização da prática “ não só auxilia o próprio reconhecimento pelo Serviço Social dos limites, dos avanços e da contribuição efetiva de sua atuação, como pode se tornar um componente importante de sua visibilidade social e institucional” (ALMEIDA, 2006, p.05) além de oferecer subsídios aos profissionais para a sua atuação nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Nesse aspecto, evidenciamos o reconhecimento das bases teóricas para clarear a condução do exercício profissional nas falas seguintes.

“Bom, a gente tem que procurar profissionais que já tenham experiência na área, eu procuro muito ler artigos de profissionais que já tem experiência. Gosto muito de ler Paulo Freire, as ideias dele são muito importantes para quem atua nessa área da educação, se você não conhecer Paulo Freire, não vai a lugar nenhum. Tem também Ney Teixeira, já li alguns textos dele” (Rosa)

“Olha, eu também sou professora de Serviço social e a questão do serviço social na educação não foi uma opção minha de trabalho, e sim uma forma de eu ingressar em um concurso público federal, porque eu tenho outras temáticas de discussões, educação é mais uma delas, mas não passa a ser a primordial, mas dentro do meu trabalho ela é prioridade. Então, eu não me debruço muito nas leituras específicas do Serviço Social na educação. Até porque nessa área temos ainda um timidez na literatura, temos o Ney Teixeira que traz os subsídios, mas ele vem dando algumas pinceladas no papel do serviço social dentro da educação. Eu leio Lamamato que pra mim é uma autora essencial, suas ideias norteiam meu trabalho em qualquer área que eu esteja atuando. Além de Lamamato eu trago as ideias de Yazbek, Potyara, essas mulheres pra mim são referências, porque eu lido com pessoas pobres, e na minha concepção essas pessoas tiveram seus direitos negados, estão alijadas de ter uma cidadania plena, então essas autoras me dão um suporte para o meu discurso e minha prática profissional.”(Lara)

Quanto à aproximação das entrevistadas com os saberes relacionados à política de educação bem como à inserção do assistente social na área da educação, em sua formação profissional, verificamos que apenas uma entrevistada aproximou-se do tema durante a formação profissional. Sendo que as demais foram

se aproximando da especificidade que perpassa a atuação profissional do assistente social na educação após sua inserção nesse espaço sócio-ocupacional e, a partir da participação em conferências e eventos que debatem o tema. Como podemos verificar:

“Durante minha formação eu peguei uma disciplina optativa, educação e espaços não formais de aprendizagem, também participei de ciclos de debates e algumas palestras na área.” (Ana)

“Não, nunca tive contato com nada relacionado à educação na faculdade, cheguei aqui parecendo uma louca. Depois que eu comecei a trabalhar nessa área foi que fui participar de eventos e conferências. Já participei de muitos eventos sobre educação, eu também promovo espaços de discussão em me trabalho. Acredito que esses espaços são muito proveitosos, os profissionais compartilham suas experiências é muito bom.” (Rosa)

“Eu me formei em 94, já existia o serviço social na educação, mas em minha formação não me lembro de ter discussões nessa área. Tudo que eu sei sobre o Serviço social na educação foi fruto da minha inquietação de minhas pesquisas. Eu inclusive tenho artigos publicas nessa área. Mas tudo que eu sei, foi a partir de 5 anos pra cá, que eu fui estudar. Não participo de conferências, mas já participei de vários fóruns de discussões organizados pelo GT de serviço social na educação, já fui palestrante, já ministrei minicurso, já coordenei mesa.” (Lara)

Importante destacar que as disciplinas ligadas à educação no curso de Serviço Social geralmente são ofertadas na modalidade de disciplinas optativas. Esse aspecto pode ser ratificado a partir da análise da grade curricular do curso de Serviço Social de várias instituições de ensino, tanto pública quanto particular. Tendo em vista o gradativo aumento na inserção de assistentes sociais na política de educação, e à complexidade que carrega esse âmbito de atuação, evidencia-se que as disciplina relacionadas à educação deveriam ser ofertada na modalidade obrigatória, possibilitando uma aproximação mais efetiva.

Conforme Braga, Mesquita e Ribeiro (2012) , esse considerável aumento da inserção da categoria profissional na área da Educação deu-se a partir da década de 1990 em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional.

“Soma-se a este fato, nas últimas décadas, as transformações societárias em curso em nível mundial engendradas pelo capital, às quais impõem processos de reforma neoliberal do Estado, que incidem sobre as políticas

sociais e, em particular, sobre a Política de Educação como direito social. (BRAGA, MESQUITA e RIBEIRO, 2012, p. 248)

Diante da multiplicidade de espaços de intervenção, áreas e seguimentos populacionais com os quais o assistente social pode exercer a sua prática, verifica-se uma variedade de processos de trabalho, cada um com suas especificidades, o que exige desse profissional um arsenal de conhecimentos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo,

esse arsenal de conhecimentos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo do qual o assistente social precisa apropriar-se no seu âmbito de atuação profissional varia, desde os considerados específicos, decorrente da área de Serviço Social propriamente dita, como também apropriações sobre legislações (principalmente a relativa à legislação social voltada para a criança e o adolescente — ECA; idoso — Estatuto do Idoso; SUS — Sistema Único de Saúde; Loas — Lei Orgânica de Assistência Social; Sistema Único de Assistência Social — Suas; Suas/RH; Política Nacional de Pessoas Portadoras de Deficiência — PPD; Lei de Diretrizes e Bases — LDB); políticas sociais, conhecimento e habilidade de trabalhar em equipes, interfaces com poder público local, articulação de redes e com instâncias locais diversas, o que requer, além da formação generalista, apropriações aprofundadas dependendo da inserção sócio-ocupacional. (FRAGA, 2010, p. 47)

Já foi sinalizado que ao atuar na política de educação é necessário que o assistente social aproprie-se do conhecimento que perpassa esse âmbito de atuação. A apropriação dos Instrumentos normativos é essencial no trabalho do assistente social, uma vez que uma das principais bandeiras de luta do Serviço Social é a defesa e garantia dos direitos inerentes à pessoa humana.

Nesse aspecto, foi perguntado às entrevistadas sobre quais legislações elas utilizam para fundamentar suas ações, tendo como uma das respostas “aqui no meu trabalho eu utilizo as leis específicas da instituição, as leis referentes aos auxílios e benefícios para o acesso e permanência dos alunos que não tem condições financeiras de manter os estudos e a Lei orgânica da Assistência Social”. (Ana) A referida fala revela que nem todas as profissionais se apropriam de legislações essenciais para o trabalho do assistente social na educação como, por exemplo, a LDB e o ECA, restringindo-se muitas das vezes às leis próprias da instituição e relacionadas à demandas específicas. Dessa forma, corre-se o risco de perda da

totalidade que envolve a realidade dos usuários, que muitas vezes não se encerra apenas em demandas pontuais.

Sabemos que no âmbito educacional como um todo expressam-se as mais variadas formas de demandas. Situações que se colocam como desafios para a intervenção do assistente social, exigindo além de um profissional crítico, criativo e propositivo, um profissional que conhece as legislações, os serviços, programas e projetos. Além disso, o profissional deve ter habilidade de trabalhar em equipe e de se articular com as redes de serviços socioassistenciais e com o poder público. Esse entendimento pode ser visualizado nas falas descritas abaixo:

“ Como assistente social a gente precisa conhecer a legislação que a gente trabalha, até pra ofertar os serviços. Aqui na educação eu preciso conhecer a LDB, como eu trabalho com crianças e adolescentes tenho que conhecer o ECA; Tenho que conhecer o código de ética profissional. Por exemplo, estava resolvendo agora um caso de uma criança que teve que fazer um transplante de medula óssea, ele tá com um atestado de 1 ano porque ele está com o sistema imunológico muito baixo. Então... a LDB preconiza que, nesses casos, tem que ser disponibilizado um professor para ir a domicílio da criança, para que esse tempo que ele fique em recuperação não prejudique a sua formação. E ai eu estava fazendo esse encaminhamento, se eu não conhecesse a LDB eu ia dizer pra ele ficar em casa, e aproveitar o atestado. Nesse caso ele ia perder o direito de continuar estudando” Então, eu enquanto assistente social tenho que conhecer as legislações e os serviços para atuar.(Rosa)

“Para o meu trabalho aqui como assistente social que lido com políticas de assistência estudantil, com programas de cunho assistenciais voltados a estudantes que possuem insuficiência econômica, eu trabalho com o decreto nº 7.234 de 2010 que vem nortear a política de assistência estudantil, trabalho com a constituição federal, com o Eca ,LDB(...) (Lara)

Em uma das falas evidencia-se ainda a necessidade de os assistentes sociais discutirem com os usuários sobre seus direitos e os mecanismos a serem adotados na luta por sua efetivação e por novas conquistas, indicando-os até mesmo propostas de ação coletiva em prol dos seus interesses. Esse posicionamento está em consonância com um dos princípios expressos no Código de Ética profissional, o direito à informação.

(...) Como eu promovo fóruns de discussões acerca da política de assistência estudantil, dos programas de auxílios, em todas as minhas falas eu trago os marcos legais, meu trabalho é sempre apoiado na legislação e eu estou sempre pontuando o que está na lei para que os alunos conheçam também. (...) (Lara)

Nessa perspectiva, mobilizar os estudantes enquanto sujeitos de direitos reconhecidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, realizando orientações sobre políticas sociais e direitos de cidadania, tem sido um dos aspectos pelo qual o Serviço Social tem sido requisitado a atuar por meio de ações socioeducativas. No âmbito da educação o assistente social também é requisitado a desenvolver estratégias de ação frente às expressões da questão social que se constituem como objeto de sua intervenção.

Com base em Iamamoto (2012), compreendemos que o cerne da questão social está enraizado no conflito capital x trabalho, a exploração de uma classe sobre a outra geram manifestações e expressões. Estas manifestações e expressões, por sua vez, são subdivididas entre a geração de desigualdades, tais como: desemprego, exploração, analfabetismo, fome, pobreza, entre outras formas de exclusão e segregação social e se constituem como objeto de trabalho profissional. Essas expressões da questão social recaem no âmbito da educação acarretando problemas como baixo rendimento nas disciplinas, evasão dos espaços de educação formal, desinteresse pelo aprendizado, vulnerabilidade às drogas, atitudes preconceituosas e comportamentos agressivos, evasão escolar etc. Expressões desse tipo podem ser identificadas nos espaços de atuação das assistentes sociais entrevistadas, a partir de suas falas:

“Aqui eu percebo a questão da pobreza, evasão escolar, dificuldade de aprendizagem e desinteresse pelos estudos” (Ana)

“No âmbito escolar podemos identificar expressões da questão social como: pobreza, violência, tráfico e uso de drogas, gravidez na adolescência, alcoolismo, entre outras. Vemos todas as expressões da questão social que presentes na sociedade como um todo.” (Rosa)

“As principais expressões da questão social que eu identifico aqui é a questão de desemprego, que é muito visível. Aqui tem muitas famílias que vivem com auxílios de benefícios. (...) Outra questão que eu vejo que se expressa como questão social é a aceitação. Muita gente não se aceita e não aceita o outro por ser homossexual, por ser negro, e a gente não trabalha isso aqui, quando trabalha muitas vezes não é a partir da sua demanda, é sempre o que os profissionais entendem como tem que ser.” (Lara)

É importante sinalizar quanto a esse aspecto que o assistente social deve ficar atento para não cair na armadilha de conceber as expressões que se

manifestam em seu âmbito de atuação enquanto demandas reais. Um dos aspectos que diferencia o trabalho do assistente social dos demais profissionais da educação é justamente ter as competências e atribuições voltadas para adentrar no cotidiano do usuário e identificar o que está por trás da demanda identificada de forma imediata, bem como identificar outras demandas. Nesse sentido Guerra esclarece que,

a demanda imediata do usuário, apesar de ser a problemática inicial que o mobilizou nem sempre é a sua demanda real; na maioria das vezes ela é o veículo (ou o meio mediador) que porta a capacidade de conduzir o assistente social à busca da demanda real, da essência. A demanda imediata ao mesmo tempo manifesta e esconde a demanda real. (GUERRA, 2009, p. 81)

Evidencia-se que todas as assistentes sociais entrevistadas reconhecem a elaboração de projetos interventivos, como um elementos importantes no combate às expressões da questão social, o qual se constitui enquanto umas das atribuições e competências do assistente social.

“Ainda não elaborei nenhum projeto em minha atuação, estou em processo de amadurecimento de algumas ideias, mas acredito na importância da realização dos projetos e atividades no combate às expressões da questões social que chegam aqui como demandas (Ana)

“Como eu implantei o Serviço Social na instituição, fui a primeira assistente social, eu elaborei tudo. Temos um projeto “todo aluno na escola” aqui no município temos muitas crianças que, por algum motivo, não estão em sala de aula. E aí temos a parceria com os demais profissionais da rede como, por exemplo, agentes comunitários, que têm contato diário com a comunidade. Então esses profissionais tem como saber se as crianças estão na escola ou não. Quando verificam que tem crianças fora da escola, eles encaminham pra gente e a gente faz os procedimentos necessários para incluir essa crianças na escola.”(Rosa)

“ Já elaborei e elaboro muitos projetos. Durante esses 5 anos dentro do instituto eu fui contemplada com 5 projetos, 3 de extensão e 2 de pesquisa, com alunas bolsistas. Inclusive eu utilizo os projetos como estratégia para que alunos com insuficiência financeira possam receber esse dinheiro, já é uma ajuda a mais, além do aprendizado. Meus projetos são mais relacionados à questão de gênero, violência contra a mulher, raça. No dia 20 de novembro por exemplo, eu sempre faço um projeto sobre a consciência negra. Então, eu estou sempre utilizando o espaço pra alertar os alunos sobre essas questões. “ (Lara)

Os sujeitos dessa pesquisa foram questionados nas entrevistas a respeito do seu entendimento acerca do papel do assistente social na educação tendo como respostas:

“Pra mim, o papel do Assistente social na educação é garantir os direitos do aluno, contribuir para o ingresso e permanência do mesmo na escola, contribuir no combate à questão social , tais como violência, preconceito, uso de drogas, gravidez na adolescência, etc. fortalecer o relacionamento entre família, escola e sociedade. Tudo isso fazendo uso dos instrumentais necessários para a realização de um trabalho em rede” (Ana)

“Acredito que o papel do Assistente social na educação seja garantir e efetivar os direitos do aluno. Trabalhar numa perspectiva sócio-educativa, atrelado às demais instâncias da assistência, para abarcar todos os direitos. Não só o direito de estudar , mas todos os outros, como alimentação, saúde, enfim.” (Rosa)

“Na minha concepção o papel do assistente social em qualquer espaço em que ele estiver atuando, é garantir e efetivar direitos, inclusive eu sempre falo isso com os usuários dos serviços. Mas a gente sabe que existe uma lacuna entre o que está na lei e o que de fato acontece, a materialização dos direitos é um desafio.” (Lara)

Conforme o documento CFESS-CRESS 2011 o profissional de Serviço Social tem sido requisitado, entre outros motivos, para atuar em programas e projetos governamentais e não governamentais voltados para a garantia do acesso e da permanência na educação formal. Nesse sentido traz algumas expressões concretas de como, ao longo da última década, a questão do acesso e da permanência na educação escolar tem sido enfrentada a partir da interface da educação com diferentes políticas públicas, processos com os quais os/as assistentes sociais têm lidados como: as políticas de cotas e ações afirmativas; as análises socioeconômicas que subsidiam a isenção de taxas de inscrição e a destinação de bolsas de estudo; as políticas de assistência estudantil (bolsas, alimentação, moradia, transporte); a elaboração de critérios para a concessão de crédito estudantil ou descontos na mensalidade; as condicionalidades educacionais dos programas de transferência de renda; a consolidação da educação inclusiva; os processos de elegibilidade para ingresso na educação infantil; os programas de erradicação do trabalho infantil, entre outros.

Nesse aspecto, verificamos que as ações desenvolvidas pela maioria das assistentes sociais entrevistadas relacionam-se basicamente à garantia do acesso e permanência dos estudantes a partir das políticas públicas de concessão de bolsas de estudos e auxílios permanência, subsidiados basicamente pelos estudos socioeconômico e visita domiciliar.

“Aqui na instituição meu trabalho é muito restrito a analisar a documentação dos solicitantes à bolsa educacional, traçar o perfil social das famílias, realizar atendimentos, entrevista social, visitas domiciliares, fazer encaminhamentos. Gostaria de fazer mais, só que estas atividades ocupam muito o meu tempo.” (Ana)

“O meu fazer profissional aqui basicamente se resume a tratar do programa de assistência de inclusão social dos estudantes (PAISE) que são alguns auxílios, dentre eles: auxílio transporte, moradia, creche, permanência, farda, auxílios eventuais. E eu também faço parte da comissão que avalia a situação socioeconômica dos estudantes que fazem o requerimento dos auxílios, faço visita domiciliar para analisar as condições em que vivem esses estudantes, entre outras ações. Eu procuro sempre fazer além do trabalho burocrático.” (Lara)

A fala abaixo trás uma atuação profissional mais ligada ao desenvolvimento de atividades socioeducativas³⁷. É importante destacar ainda um aspecto importante que deve estar presente no trabalho do assistente social que é a articulação com a rede socioassistencial e demais instâncias do poder público, numa perspectiva ampliar as possibilidades de acesso dos usuários aos serviços, conforme as suas demandas.

“Aqui eu tenho um trabalho mais sócioeducativo. Eu não trabalho na política de assistência, não tenho autonomia para colocar as pessoas em todos os programas, mas eu faço encaminhamentos, eu tenho que conhecer a rede do município, eu tenho que saber o que o CREAS faz, os serviços ofertados, tenho que saber o que o CRAS faz, as atividades desenvolvidas lá, tenho que conhecer o Ministério público, o conselho tutelar, a secretaria de saúde, os serviços ofertados, os profissionais que eu posso contar para determinada demanda. Então, eu tenho que conhecer a rede e trabalhar em rede, se não eu vou ficar aqui olhando para o teto, carimbando papel, e fazendo ofícios, ou não ter nada pra fazer.” (Rosa)

³⁷ Essas atividades, conforme a Política Nacional de Assistência Social, são destinadas à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, ou privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros), e/ou fragilização dos vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social. (BRASIL 2004)

O documento do CFESS de 2011 traz a compreensão de que as ações do/a assistente social na educação não deve ser só de caráter individual, mas também coletivo, envolvendo os demais trabalhadores da educação e das redes que compõem as demais políticas sociais, as instâncias de controle social e aos movimentos sociais. Portanto,

São várias as possibilidades de atuação dos profissionais de Serviço Social nesta área, dentre as quais destacamos: o desenvolvimento de trabalhos, promoção e realização de encontros, palestras para o fortalecimento da relação escola-família; realização de encaminhamentos na tentativa de enfrentar as situações de risco e vulnerabilidade social; acompanhamento dos programas sociais; promoção e articulação entre as políticas sociais para o desenvolvimento de atividades que trabalhem a inclusão social; viabilização da comunicação entre os órgãos de garantia de direitos como os Conselhos de Direitos, Conselho Tutelar e Ministério Público; abertura de diálogo entre os profissionais da educação, desenvolvendo um trabalho em conjunto e com a defesa de iguais interesses. Outra possibilidade pode acarretar da articulação em rede dos serviços, trata-se aqui da intersectorialidade, onde as práticas fragmentadas, e o/a Assistente Social pode se colocar como mediador dessa articulação (ALMEIDA, 2012; CFESS, 2011; SANTANA, 2005 apud MEDEIROS E SAIKKONEN).

Nesse sentido é importante chamar a atenção para as questões que perpassam o trabalho em conjunto. A discussão acerca da possibilidade do trabalho interdisciplinar perpassa diversas áreas, inclusive o Serviço Social. O documento CFESS- CRESS , 2011 mostra que, a inserção do assistente social na educação se dá por meio de uma equipe multiprofissional, porém o trabalho não se dá de modo interdisciplinar. Segundo a pesquisa, o assistente social integra uma equipe de trabalho coletivo composta por profissionais de diferentes formações (pedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas, professores de diversas áreas, psicólogos, pediatras, enfermeiros, entre outros); no entanto, nem todos indicaram esta vinculação.

A diversidade apontada indica que a equipe envolve diferente saberes, porém essa composição depende do nível ou modalidade da política educacional, das concepções educacionais que prevalecem na organização do trabalho coletivo em cada estabelecimento e do grau de articulação com as demais políticas setoriais. A falta de clareza se de fato o trabalho é interdisciplinar ou multiprofissional deve-se à ausência de entendimento do que compete a cada profissional na equipe, bem como

à pouca visibilidade do assistente social e às dificuldades dos demais profissionais para reconhecerem o trabalho do Serviço Social. Desse modo, o documento sinaliza que se trata mais de uma composição multiprofissional das equipes do que da realização de um trabalho efetivamente interdisciplinar. A possibilidade de realização de um trabalho interdisciplinar pode ser evidenciada na fala que segue,

“ Olha, quando eu cheguei aqui, já encontrei a casa bem arrumada, então cada profissional tem sua função bem definida. Se você precisar de dados de estatísticas, eu vou te encaminhar para o profissional que trabalha com isso, contabilidade, programa mais educação, EJA, todos tem um profissional específico. Então, eu tenho a quem recorrer, eu posso contar com a sorte de ter colegas de trabalho bem dispostos e acessíveis. Então, a gente pode fazer um trabalho interdisciplinar aqui, apesar de eu ser a única assistente social daqui, ter um trabalho diferenciado, mas a gente consegue unir todas as competências. E há um respeito quanto às minhas atribuições, com o tempo eu fui desenhando o meu papel na instituição, quando eu cheguei aqui eu não sabia nada, aprendi muita com os outros profissionais e eles comigo também. (Rosa)

No entanto, essa não é a realidade de todos os profissionais; o trabalho interdisciplinar se constitui um grande desafio em muitos espaços de trabalho. “O que talvez precise mudar é o despertar generalizado dos profissionais no sentido de envidar esforços para que seja construída uma trajetória de trabalho conjunta, cada área oferecendo a sua contribuição e especificidade.” (FRAGA, 2010, p.57) A fala abaixo retrata uma superficialidade no relacionamento entre os profissionais,

“ Tenho pouco tempo de trabalho, mas vejo o relacionamento de certa forma superficial, embora bastante respeitoso. Não tenho muito contato com os profissionais da instituição, geralmente faço meu trabalho sozinha, mas faço encaminhamentos para outros setores” (Ana)

Além da ausência de diálogo entre os profissionais na perspectiva de unir as competências e saberes para melhor desenvolvimento das ações, uma realidade existente nos espaços de trabalho é o desrespeito entre os profissionais. No Serviço Social, são recorrentes as questões relacionadas ao não reconhecimento da importância da profissão, bem como do seu papel dentro da instituição e o desrespeito às atribuições e competências previstas para a atuação profissional.

Essa situação pode ser evidenciada a partir da realidade profissional vivenciada pela entrevistada abaixo

“A minha relação com os demais profissionais é estremeçada, não que eu não dê abertura, eu procuro me articular com os demais profissionais, fazer sempre mais, só que as pessoas querem que eu seja aquela profissional pragmática, e eu não vou deixar isso acontecer, de jeito nenhum. A minha relação, por exemplo, com o psicólogo não é legal, a gente não faz um trabalho conjunto, eu sempre solicito ele, mas, ele está sempre indisposto para colaborar com o trabalho. Então muitas vezes eu faço o trabalho sozinha. É difícil fazer um trabalho interdisciplinar desse jeito” (Lara)

Corroborando com Fontana (2010) a interação do Serviço social com outras áreas profissionais possibilita decodificar a realidade e socializar os conhecimentos. A troca de informações é essencial e traz uma ação interativa, conjunta e de totalidade. Nesse sentido, a junção de saberes traz maiores possibilidades de enfrentamento das expressões da questão social, pois, “o enfrentamento da questão social não pode ser reduzido a metas de ações individuais, ou seja, de responsabilidade e competência de uma só profissão, as questões sociais são de natureza conjuntural e, portanto requerem o concurso de saberes interdisciplinares” (FONTANA, 2010, p. 104). Fraga (2010) também compreende a interdisciplinaridade como quesito de suma importância no trato das expressões da questão social que chegam como demanda no ambiente profissional uma vez que,

Na maioria das vezes, as diferentes disciplinas estanques não contemplam as questões emergentes da sociedade; logo, não consideram a complexidade das múltiplas expressões da questão social. Refrações da questão social, como a violência, educação, segurança, preconceitos, a saúde do trabalhador e tantas outras, desafiam os profissionais diariamente, sendo-lhes demandadas questões que, por sua vez, não são passíveis de abordagens isoladas, havendo necessidade do diálogo com profissionais de diversas áreas. (FRAGA, 2010, p. 57)

Nesse aspecto, Silva (2012) destaca que:

a missão do profissional de Serviço Social na educação em nada, e de forma alguma substitui as ações do ponto de vista da relação ensino-aprendizagem, campo de saber de professor e de pedagogos que desenham uma organização do seu fazer profissional em todos os níveis da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação bem delimita as ações

dos professores, bem como a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social também estabelece as competências e as atribuições desse profissional. Não existe a possibilidade de se confundirem suas ações, atribuições e competências. Quantas vezes os próprios professores ou pedagogos dizem: “tenho que ser psicólogo, assistente social...”. Nesse discurso explicita-se o reconhecimento de dinâmicas que ocorrem no interior da escola para as quais os professores não foram formados para dar conta e não precisariam ser. Para isso e por isso as disciplinas, os campos de conhecimento e fazer se aproximam. (2012, p. 37)

O quesito relacionado aos recursos materiais que as profissionais dispõem em seu espaço de trabalho demonstra a situação precária em que se encontram os espaços de ocupação profissional, todas as entrevistadas dispõem apenas dos materiais básicos para a sua atuação como: computador, impressora, telefone, carro com motorista, dentre outros. No entanto, a maioria delas compartilham esses recursos com os demais profissionais, inclusive, a maioria delas não possui uma sala individual, tornando complicada a realização dos atendimentos e a questão do sigilo profissional, preconizado pelo Código de Ética do Serviço Social. Essa situação pode ser evidenciada nas falas reproduzidas abaixo.

“Os recursos materiais que eu disponho para a realização do meu trabalho é um carro com motorista, computador, data show, impressora, telefone, todos esses recursos são coletivos. Eu não tenho uma sala só pra mim, divido com outros profissionais. Mas quando é preciso o sigilo, eu vou pra uma outra sala que geralmente está desocupada e converso com o usuário.” (Rosa)

“Os recursos materiais são todos divididos, tem telefone, computador, impressora, carro, mas é tudo dividido. Eu não tenho uma sala adequada, divido com mais dois profissionais. E ai quando alguém quer falar com eles eu tenho que sair, se alguém quiser falar comigo eles tem que sair. Inclusive sumiu uma pasta com os documentos do meu trabalho e dos projetos, que estava no computador. Alguém agiu de má fé, entrou e apagou, porque eu chamei um profissional para saber o que aconteceu e foi detectado que esses documentos foram apagados, ai você ver que a questão do sigilo fica complicado.” (Lara)

A ultima pergunta feita às assistentes sociais diz respeito aos desafios e possibilidades para a atuação profissional, sendo estas as respostas:

“ Eu percebo que meu trabalho se limita à análise de documentos e outras questões relacionadas à concessão de bolsas. Com isso, o maior desafio é

conseguir conciliar este trabalho com outros tipos de intervenção, ou seja, ampliar a minha atuação no combate às expressões da questão social que eu percebo, e proporcionar uma aproximação com outros profissionais da área da educação.” (Ana)

“Olha, eu acredito que em todos os campos de atuação exista desafios e possibilidades também, o problema é que eu sou a única profissional de serviço social aqui, e são muitas demandas. Sendo assim, eu não consigo identificar essas demandas, elas vêm até a mim. Por isso eu preciso contar com a colaboração dos diretores, professores, porque eles são os meus olhos e meus ouvidos dentro das escolas. São muitas escolas e eu não consigo dar assistência integral, mas o que eu posso eu me disponibilizo para tentar suprir essas demandas. E as possibilidades é o querer, é só a gente querer que a gente faz, temos que criar estratégias.” (Rosa)

“Desafios, os desafios são muitos... Meu trabalho dentro dessa unidade, é muito invisibilizado, por exemplo, hoje teve reunião de pais e eu não fui convidada como assistente social. Inclusive na aula inaugural eu também não sou convidada, eu é que vou nas salas, fico mendigando dos professores 5 minutos, para me apresentar, dar os meus contatos, dizer qual é o meu papel na instituição. Ou seja, não me envolvem em nada, como se eu não existisse dentro da instituição. Isso é constante, eu já sinalizei pra coordenação, to sempre buscando mudar essa situação, não abaixo a cabeça, porque ao meu ver isso é uma falta de respeito. E eu sei do meu potencial, eu sou uma assistente social que nunca parei de estudar, sempre me atualizando, me qualificando. Acredito na transformação social e que eu posso contribuir, por isso não vejo limites em meu trabalho, procuro criar estratégias para “resolver” as situações que são da minha competência, essas são as minhas possibilidades. Eu sempre procuro dar visibilidade ao meu trabalho, eu levo o nome da instituição nacionalmente e internacionalmente”. (Lara)

A partir dos relatos das experiências profissionais das assistentes sociais entrevistadas percebe-se que apesar dos limites, da autonomia relativa e dos entraves institucionais, as assistente sociais entrevistadas dispõe de recursos materiais e humanos, ainda que escassos e de um arsenal de conhecimentos e técnicas que podem conduzi-las a desenvolver estratégias de trabalho.

Observamos que os inúmeros desafios encontrados nos espaços de atuação profissional implicam no desenvolvimento da postura investigativa da prática profissional das assistentes sociais. As quais, muitas das vezes, acabam ficando presas às atividades burocráticas e, dessa forma, não dispõem de tempo hábil para realizar outras atividades que possam contribuir para a obtenção de conhecimento e melhores possibilidades de atuação.

Algumas falas nos conduzem a perceber que, apesar dos limites e desafios profissionais, existem possibilidades de atuação que estão condicionadas à

capacidade/ habilidade de o profissional articular as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Tal articulação possibilita o desenvolvimento da prática profissional comprometida com a defesa dos direitos sociais, de forma a contribuir com o acesso dos usuários aos serviços, programas e projetos sociais.

A análise das entrevistas revela que em suma, as entrevistadas demonstram interesse em desenvolver um trabalho que contribua com a defesa e garantia dos direitos dos usuários. No entanto, é necessário um maior aprofundamento no que tange aos conhecimentos que perpassam essa área de atuação. Nesse sentido, é importante destacar que a atuação do assistente social na educação ainda é muito recente na região do Recôncavo da Bahia e as entrevistadas, de modo geral, atuam há pouco tempo nessa área, sendo que a maioria delas adentrou esse campo logo após terminarem a graduação.

É importante destacar ainda a fragilidade no desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar e em rede, evidenciada no cotidiano profissional da maioria das entrevistadas. Podemos observar que este fato pode estar relacionado à falta de conhecimento dos demais profissionais acerca da importância do trabalho do profissional de Serviço social.

Podemos inferir ainda, que tal falta de conhecimento também pode estar relacionada à ausência de esclarecimento do assistente social acerca do seu papel dentro da lógica institucional. Nesse sentido foi possível evidenciar na fala de algumas entrevistadas, a importância dada à promoção de espaços de discussões que possam possibilitar a troca de conhecimentos e possibilitar aos profissionais entender a funcionalidade que compete a cada profissão, a fim de melhorar a qualidade dos serviços prestados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o conteúdo exposto no decorrer deste trabalho, é possível inferir que o sistema educacional brasileiro em todo seu percurso histórico é organizado de modo a atender aos interesses da classe burguesa e adequar o ensino às necessidades impostas à estrutura econômica de cada momento histórico. Sendo marcado por seu caráter elitista, classista e discriminatório, características que acompanham todo o processo educacional ao longo do tempo, influenciando na abrangência e qualidade da educação.

No decorrer dos avanços e retrocessos que perpassam a educação no Brasil, foi a partir da Constituição de 1988 que ela, pela primeira vez em nossa história, é tratada com primazia enquanto direito social. Sendo amplamente divulgada como elemento de relevância para a consolidação de um Estado democrático de direitos. Nos artigos 205 e 208 é atribuído à educação o status “universalizante” ao ser tratada enquanto direito de todos e dever do Estado e da família com acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público. No entanto, a materialização desse direito e a sua qualidade se constituem um grande desafio diante do campo minado pela correlação de forças e de poder.

Esse campo complexo e desafiador, movido por interesses contraditórios e de conflitos, onde se manifestam as mais variadas formas de expressões da questão social, constitui-se num dos âmbitos de atuação profissional do assistente social. O qual deve desenvolver a sua prática pautada na defesa e garantia dos direitos humanos, posicionando-se em favor da equidade e justiça social. Para tanto, o profissional de Serviço social dispõe de capacidades/habilidades para conduzir a sua prática.

Essa capacidade/habilidade para intervir nas expressões da questão social, que transformadas em demandas se constituem objeto de trabalho do Serviço Social, está condicionada à apreensão e articulação necessária das dimensões da prática profissional, que são: a teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A partir da presente pesquisa foi possível perceber que as discussões sobre o papel do assistente social na Educação ainda são relativamente recentes e não abarcam completamente as dimensões que englobam as áreas em destaque: Serviço Social e Educação. Percebemos ainda, que existe uma incipiente discussão sobre a educação na formação profissional do assistente social.

É necessário que, no momento de formação, tanto do profissional assistente social quanto dos demais profissionais da educação, já sejam oportunizados e permitidos, dentro da grade curricular, momentos de discussão e estudos em prol de instrumentalizar o trabalho interdisciplinar e em rede, uma vez que foi perceptível na fala das entrevistadas que ainda há certa resistência dentro dos ambientes educacionais em receber o assistente social e isso talvez seja decorrente da ignorância (das diversas áreas) em relação à função do assistente social na educação.

De maneira geral, percebemos que as profissionais entrevistadas demonstram conhecimento da área específica em que atuam, porém necessitam de mais aporte teórico a fim de fundamentar suas ações. É importante ressaltar que assumir uma postura investigativa vai além de ler as teorias que embasam o trabalho profissional. Desse modo, é preciso considerar que da prática também se extrai conhecimento.

Contudo, é importante salientar que o profissional investigativo não deve apenas ficar restrito à teoria, mas deve associá-la à prática, uma vez que, a realidade é dinâmica e necessita das experiências vivenciadas no cotidiano profissional que se modifica constantemente. Dessa forma, o profissional será capaz de lidar com as situações inesperadas que se apresentam no dia a dia do fazer profissional.

A partir da pesquisa notamos que as entrevistadas, no geral, demonstram interesse em buscar conhecer melhor o trabalho que estão desenvolvendo. Contudo, os recursos disponíveis ainda são insuficientes para o desenvolvimento da função. É imprescindível que o profissional seja criativo, a fim de buscar estratégias para melhor aproveitamento de sua função no âmbito educacional, com os recursos disponibilizados pela instituição.

Percebemos também que quanto maior é o envolvimento do profissional com debates, fóruns e inúmeras outras discussões e práticas sobre a temática do Serviço Social no âmbito educacional, melhor é a sua desenvoltura em lidar com os desafios dessa função. Compreendendo, dessa forma, que os espaços em que há troca de experiências oferecem melhores possibilidades de atuação.

É imprescindível que o profissional de Serviço social promova momentos de discussões em que possa compartilhar com os demais profissionais da área da educação conhecimentos de suas funções e de que maneira devem atuar, para não haver “choque” no desenvolvimento diário das suas ações e resistência em desenvolver um trabalho conjunto a fim de traçarem metas para resolver situações que venham a se apresentar. Isso, normalmente, não ocorre, tendo ficado claro na fala da entrevistada Lara, quando disse: “meu trabalho dentro dessa unidade é muito invisibilizado; hoje teve reunião de pais e eu não fui convocada como assistente social, inclusive na aula inaugural eu também não sou convidada...”

Postura, como essas, certamente, devem-se ao fato de tradicionalmente o Serviço Social não pertencer à área da educação, sendo amplamente discutido e propagado popularmente o caráter filantrópico das ações da assistência social. É preciso (re)delinear a função desse profissional na área da educação, vendo-o como parte imprescindível para detectar aspectos que se apresentem além da realidade desenhada na situação e que atrapalham o desenvolvimento das ações educacionais como um todo.

Assim, vemos que a atuação do assistente social na área educacional encontra uma série de entraves; dentre eles, a falta de informação dos sujeitos envolvidos quanto sua real função no cenário educacional. Isso acontece devido à forma como o profissional do Serviço Social passou a fazer parte da educação e à forma como são tratados nos ambientes educacionais.

Vale ressaltar que quando se fala em Serviço Social na educação, não se pode restringir a discussão apenas à escola, lembrando-se que o espaço escolar é apenas uma das inúmeras possibilidades de atuação do profissional da assistência Social que almeje adentrar a área educacional, cujo foco seja a essência da realidade social e fortalecimento das redes de sociabilidade.

Espera-se que a leitura desse trabalho que se configura como uma pesquisa de caráter exploratório e que não pretende ser conclusivo, possa servir para fomentar outros estudos a respeito do Serviço Social na Educação, não com recortes regionais ou institucionais. Almejamos, enfim, que esses estudos não sejam apenas uma sistematização da prática profissional, mas sejam dotados de maior rigor teórico apoiado numa teoria social crítica para que ele possa abarcar a realidade com suas contradições.

Espera-se ainda, que ele também possa contribuir para que os profissionais do Serviço social entendam a importância da investigação como busca pelo conhecimento, a fim de aprimorar sua prática, utilizando todos os níveis de conhecimentos discutidos no corpo desse trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Larissa Monique de Souza; JÚNIOR, Adenilson Souza Cunha. **Reforma do Estado e a Educação: processos e contradições na efetivação de políticas públicas participativas.** S/A. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/semanapedagogia/anais/66CO.pdf>. Acesso em: 24 de março de 2015

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **CEFSS manifesta seminário nacional de Serviço Social na Educação.** Maceió, 4 e 5 de junho de 2012 Gestão Tempo de Luta e Resistência. Disponível em: www.cefss.org.br, acesso em 04 de setembro de 2014

_____. **Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação.** Belo Horizonte 2003. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Servi%C3%A7o-Social-e-pol%C3%ADtica-educacional-Um-breve-balan%C3%A7o-dos-avan%C3%A7os-e-desafios-desta-rela%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2015.

_____. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas/** Ney Luiz Teixeira de Almeida, Mônica Maria Torres de Alencar.- São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço social, trabalho e políticas públicas.** São Paulo, Saraiva, 2011.

_____, Ney Texeira de. **Retomando a Temática da “Sistematização da Prática” em Serviço Social.** In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo** In: SADER, E. e GENTILI, P. Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático. Ed. Paz e Terra, São Paulo, p. 09 – 23, 1995. (REVER ESSA REFERÊNCIA)

BAPTISTA, M. V. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento.** São Paulo: Veras, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do \ da assistente social comentado.** Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, (org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BATTINI, Odária. **Atitude investigativa e prática profissional.** In: BAPISTA, Myrian V e BATTINI, Odária. (org) A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento. v.1. São Paulo: Veras Editora, 2009.p.53-75

BOITO JR, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil.** Ed. Xamã, São Paulo, 1999.

BRAGA, Maria Elisa dos Santos; MESQUITA Marylucia; RIBEIRO, Alessandra. **A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do Conjunto CFESS/CRESS: elementos históricos e desafios para a categoria profissional.** SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 244-258, jan./jun. 2012

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004; Norma Operacional Básica – NOB/ SUAS.** Brasília, novembro de 2005.

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O projeto éticopolítico do Serviço Social.** Rev. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. s/a (REFORMULAR)

BULLA, Leonia Capaverde. **Relações sociais e questão social na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro.** Revista virtual textos e contextos, n 2º, dez, 2003.

CAMACHO, Thimoteo. **A Universidade Pública no Brasil.** Revista de Sociología Nº 19 - 2005 Facultad de Ciencias Sociales - Universidad de Chile (p.100 - 133) Disponível em: <http://www.facso.uchile.cl/publicaciones/sociologia/articulos/19/1906-Camacho.pdf>. Acesso em: 23 de março de 2015

CAMURRA, Luciana e TERUYA, TERESA KAZUKO. **Escola Pública: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o direito à Educação.** 1º Simpósio Nacional de Educaçãoxx semana da Pedagogia. Unioeste, Cascavel/PR. 2008. Disponível em:

<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/4/Artigo%2015.pdf>
CARINHATO, Pedro Henrique . **Neoliberalismo, Reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século xx no Brasil.** AURORA ano II número 3 - DEZEMBRO DE 2008. ISSN: 1982-8004 Disponível em : www.marilia.unesp.br/aurora acesso em 01 de abril de 2015

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas.** Revista Brasileira de Educação v. 18 n. 54 jul.-set. 2013

CFESS. **Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993.** Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/L8662.pdf>

_____. **Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional.** Brasília: CFESS, 2005.

_____. **Serviço Social na Educação.** Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: DF, 2001.

_____. **Serviço Social na Educação.** Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: DF, 2001. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)

_____. **Subsídios para o Serviço Social na Educação.** Brasília: DF, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf

DA SILVA, Greice Kelle Pereira. **O papel da escola na sociedade capitalista.** Universidade Estadual de Londrina, 2012.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS, 1995

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação superior: múltiplas regulações e reforma universitária no Brasil.** VII Seminário Redestrado - nuevas regulaciones em América Latina, Buenos Aires, 2008. Disponível em: http://www.fae.ufmg.br/estrado/cdrom_seminario_2008/textos/ponencias/Ponencia%20Luiz%20Fernandes%20Dourado.pdf Acesso em 28 de Março de 2014.

FORTI, Valéria. e GUERRA, Yolanda. Na prática a teoria é outra? In: FORTI, V.; GUERRA, Y (org). **Serviço Social: temas, textos e contextos.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 3-21.

FRAGA, Cristina Kologeski. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101. jan./mar. 2010.

FRETAIG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade.** 7^oed.rev- São Paulo: Centauro, 2005.

FRIGOTTO Gaudêncio. **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI.** Conferência de Abertura da XXXIII Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED). Caxambu, MG, 17 de outubro de 2010.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2003

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação no Brasil-4.** Ed- São Paulo: Cortez, 2009

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002

_____. **A dimensão investigativa no exercício profissional.** In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 701-717.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalhos e formação profissional-** 23 ed. São Paulo. cortez.2012.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico – metodológica.** 20ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Trad. NEVES, Célia; TORÍBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010

MARTINELLI, Maria Lúcia, KOUMROUYAN, Elza. **Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social.** Revista Serviço Social & Sociedade. N.º 54. São Paulo: Cortez, 1994. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/os-instrumentais-tecnico-operativos-na-pratica-profissional-do-servico-social/36921/#ixzz2h39rfJrw>

_____. **Serviço Social: identidade e alienação.** 11ª ed. São Paulo. Cortez, 2007.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **O Serviço Social na área da Educação.** IN: *Revista Serviço Social & Realidade.* V 8 N.º 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

MEDEIROS, Jaqueline Dayane da Silva. SAIKKONEN Juliana Neves. **Serviço social na educação: Algumas aproximações.** VI jornada internacional de políticas públicas. Maranhão 20013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria método e criatividade.** 28 Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NETO, José Francisco Barretto; MENEZES Ana Maria Ferreira. **A reforma educacional brasileira na década de 1990 e a influência dos organismos internacionais.** XI congresso luso afro brasileiro de ciências sociais. UFBA, Salvador, 2011.

NETTO, José Paulo. A construção **do projeto ético-político contemporâneo.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 2009

_____. Introdução ao método na teoria social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667 – 700.

OLIVEIRA, José Luis. **As origens do MOBRAL**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Estudos avançados em Educação. Departamento de administração de Sistemas educacionais, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8912/000055203.pdf;jsessionid=4AF2E662E92CE1EAB0ECD68876536374?sequence=1>. Acesso em: 13 de março de 2015.

PERLATTO, Fernando. **A Constituição de 1988: um marco para a História da Nova República brasileira**. Contemporâneos. Revista de artes e humanidades. Nº03, Nov-ABR. 2009

PIANA, Maria Cristina. **Serviço social e educação: olhares que se entrecruzam**. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009

SANTOS, Cláudia Mônica. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social**. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro. 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História da História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário**. Conferência de abertura do V Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares. Uninove- São Paulo. 2008. Disponível em: http://www.ufpr.cleveron.com.br/arquivos/EP_104/dermeval_saviani.pdf

SETUBAL, A. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. *Katálisis*, Florianópolis, v. 10, número especial, p. 64-72, 2007.

SILVA. Greice Kelle Pereira da. **O papel da escola na sociedade capitalista**. Londrina, 2012.

SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. **Reforma do estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96**. Ensaio: Avaliação Políticas Públicas Educacionais, vol. 12, 45. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: . Acesso em: 23/03 de abril. 2015

SPOSATI, A. **Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social**. *Katálisis*, Florianópolis, v. 10, número especial, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. – 1. ed. – 17. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

VALLE, Marcos José. **PROUNI: política pública de acesso ao ensino superior ou privatização?** Curitiba, 200

APÊNDICE

1 ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Idade
- 2- Sexo
- 3- Instituição onde cursou a graduação
- 4- Tempo de formação profissional
- 5- Tempo de atuação na área da educação
- 6- Tem alguma pós graduação, em qual linha?
- 7- Setor educacional em que atua e nível de escolaridade.
- 8- Qual é a concepção de educação que orienta a sua atuação profissional?
- 9- Quais legislações você utiliza para nortear a sua atuação profissional?
- 10- Você se baseia nas ideias de algum teórico para fundamentar a sua prática profissional? E na educação, tem algum teórico que te dá subsídios para aprofundar o conhecimento na área e nortear a sua atuação?
- 11- Em sua formação profissional, você já cursou alguma disciplina sobre educação? Já participou de alguma atividade de extensão, eventos, conferências, movimentos sociais nessa área?
- 12- Pra você, qual é o papel do Assistente social na educação? E que você faz em âmbito de atuação profissional?
- 13- Como se dá a sua relação com os demais profissionais da área da educação?
- 14- Quais são as principais expressões da questão social que você identifica em seu campo de atuação?
- 15- Quais são os instrumentais técnico-operativo do Serviço social que você utiliza para o desenvolvimento de sua prática profissional?
- 16- Você já elaborou algum projeto na área da educação? Se sim, qual?
- 17- Quais recursos materiais você dispõe para a sua intervenção profissional?
- 18- Quais são os desafios e possibilidades para o desenvolvimento de seu trabalho nessa área de atuação?

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO

TÍTULO DA PESQUISA: A importância da dimensão investigativa na prática profissional do Assistente social na educação.

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB- Coordenação de Serviço Social.

Eu _____, declaro que estou ciente da minha participação na pesquisa com o título acima citado que tem como objetivo principal compreender a importância da dimensão investigativa na prática profissional do Assistente social na educação.

A minha participação será registrada através da entrevista. Fica acordado que a minha identidade será inteiramente preservada e que as informações por mim fornecidas serão exclusivamente utilizadas para fim de pesquisa científica. Os resultados do estudo serão divulgados em congressos, publicações científicas e/ou publicações de modo geral.

Estou ciente que se trata de uma atividade voluntária e que a participação não envolve remuneração. Tenho total liberdade de não responder a determinadas questões, tirar dúvidas durante o processo de estudo, excluir do material da pesquisa informação que tenha sido dada ou desistir da minha participação em qualquer momento da pesquisa, exceto após a publicação dos resultados. Também posso recusar e/ou retirar este consentimento, informando aos pesquisadores, sem prejuízo para ambas as partes a qualquer momento que eu desejar.

Após ter lido e discutido com a pesquisadora os termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa. A minha participação é formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pela pesquisadora.

Cachoeira, ____/____/20____.

Participante - Assinatura: _____

Nome completo: _____

Pesquisador - Assinatura: _____

Nome completo: _____